



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

RESOLUÇÃO CEPE - Nº 2023.80

Aprova novo Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - Docência na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão na Educação Básica, modalidade a distância, da UEPG.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na reunião do dia 28 de novembro de 2023, *considerando* os termos do expediente protocolado sob nº 23.000055518-0, de 30.08.2023, que foi analisado pela Câmara de Graduação, através do Parecer deste Conselho sob nº 2023.100, *aprovou* e eu, Vice-Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado o novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, linha de formação em Docência na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão na Educação Básica, modalidade a distância, da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, na forma do *Anexo* que passa a integrar este ato legal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Mottin Demiate, Vice-reitor**, em 30/11/2023, às 12:12, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1738359** e o código CRC **0CAA9160**.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
LINHA DE FORMAÇÃO: DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL E GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, MODALIDADE A
DISTÂNCIA.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Atos Legais

A UEPG foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei nº 6.034, de 06 de novembro de 1969, e Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970. Foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto nº 73.269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.

1.2 Endereço

- Página: <http://uepg.br/>
- Fone: (42) 3220-3000
- *Campus Uvaranas* - Av. General Carlos Cavalcanti, 4748, CEP 84030-900 - Ponta Grossa – Paraná.
- *Campus Central* - Praça Santos Andrade, 1 – CEP 84010-790 - Ponta Grossa – Paraná

1.3 Perfil e Missão da IES¹

A finalidade que justifica a existência da UEPG enquanto Instituição de Ensino Superior do complexo educacional do Estado do Paraná e que baliza seus objetivos estratégicos, táticos e operacionais consiste, de modo geral, em proporcionar à sociedade meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora. Tal finalidade se sintetiza na ideia de ação unitária entre o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão. Deste modo, a Universidade está comprometida com a educação integral do estudante, preparando-o para:

- exercer profissões de nível superior;
- praticar e desenvolver ciência;
- valorizar as múltiplas formas de conhecimento e expressão, técnicas e científicas, artísticas e culturais;
- exercer a cidadania;
- refletir criticamente sobre a sociedade em que vive;
- participar do esforço de superação das desigualdades sociais e regionais;
- assumir o compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade;
- lutar pela universalização da cidadania e pela consolidação da democracia;
- contribuir para a solidariedade nacional e internacional.

A UEPG tem por finalidade produzir e difundir conhecimentos múltiplos, no âmbito da Graduação, da Extensão e da Pós-Graduação, visando à formação de indivíduos éticos, críticos e criativos, para a melhoria da qualidade da vida humana.

1.4 Dados Socioeconômicos da Região²

¹ Dados retirados de: <https://www2.uepg.br/propan/wp-content/uploads/sites/145/2020/10/PDI-2018-2022-Vol-I-ok.pdf>

² Fonte dos dados: <https://www2.uepg.br/propan/wp-content/uploads/sites/145/2020/10/PDI-2018-2022-Vol-I-ok.pdf>



A UEPG vem desempenhando, desde a década de 1960, o papel de polo irradiador de conhecimento e de cultura da região Centro-Sul do Paraná, desenvolvendo o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão.

Com sede em Ponta Grossa, município paranaense distante 117,70 km da capital Curitiba, com uma população estimada em 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2022), de 358.367 habitantes, índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM 2010 de 0,763, e densidade demográfica igual a 174,412 hab/km², a UEPG busca atender as demandas da cidade e região.

Em termos de mapeamento das unidades territoriais, Ponta Grossa pertencente à Mesorregião do Centro Oriental Paranaense, composta pelas cidades de Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Reserva, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

Em termos fitogeográficos, Ponta Grossa pertence aos Campos Gerais, abrangendo os campos limpos e os campos cerrados naturais, situados na margem do Segundo Planalto Paranaense (MAACK, 1948; MELO, MORO e GUIMARÃES, 2010). Destacam-se no relevo regional a Escarpa Devoniana, o Canyon do Quartelá e outros sítios como arroios em leito rochoso, cachoeiras, matas-ciliares, furnas, gargantas e despenhadeiros (MELO, MORO e GUIMARÃES, 2010); com evidência para o Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa.

Conhecida também como "Princesa dos Campos Gerais", Ponta Grossa é a 4ª (quarta) mais populosa cidade do Paraná e 76ª (septuagésima sexta) do Brasil (IBGE, 2022).

Embora a sede da UEPG seja em Ponta Grossa, a área de influência da UEPG se estende por vários municípios paranaenses. Grande parte das comunidades pertence às microrregiões dos Campos Gerais e dos Campos de Jaguariaíva, vasta superfície de estepes por onde adentrou no Paraná a civilização Tropeira, através do caminho das tropas, que ligava Viamão (RS) a Sorocaba (SP).

A invernada de bois e tropas de mueres marcaram fortemente a economia desse espaço geográfico desde os séculos XVII e XIX até a chegada das ferrovias, na virada do século. A partir daí a excepcional posição geográfica de suas cidades permitiu o desenvolvimento de atividades industriais, alimentadas pelo sistema de transportes, possibilitando que Ponta Grossa, Jaguariaíva, Irati e União da Vitória se transformassem em polos industriais de certa monta, o que ainda hoje se reflete na vitalidade do setor secundário nestes municípios.

Reconhecida a importância do polo agroindustrial de Ponta Grossa (esmagemento de soja, moinhos de trigo, fábricas de cerveja, de massas alimentícias, além de um forte segmento metal-mecânico). Quanto aos municípios de Telêmaco Borba, Jaguariaíva e Arapoti, estes se destacam por concentrar, a partir dos anos 1940, significativo percentual das indústrias brasileiras de papel, celulose e madeira. Portanto, a transformação industrial da região dos Campos Gerais está diretamente vinculada às empresas de processamento direto de produtos oriundos da agricultura, pecuária e floresta.

Para que esse setor primário pudesse garantir, de forma planejada e sustentável, o fornecimento de matéria prima ao setor secundário (indústrias da região), foi fundamental a implantação e expansão de instituições públicas e privadas de pesquisas agropecuária e florestal. Nesse contexto, destacam-se, além da UEPG, o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e a Fundação ABC.

Nesse panorama, destaca-se também o sistema de plantio direto, que foi iniciado na região há cerca de 40 anos, e difundido por todo o Brasil e em diversos países da América Latina. Esse sistema tem causado uma das maiores revoluções na agricultura brasileira por ser considerada uma das estratégias mais eficazes para aumentar a sustentabilidade da agricultura em regiões tropicais e subtropicais, e frequentemente utiliza e difunde tecnologias de ponta na agricultura.



Já a Mesorregião Sul se caracteriza pela agricultura colonial, inaugurada pela imigração polonesa e ucraniana, sendo, predominantemente, agricultores familiares (pequenos produtores).

Tradicional fornecedora de erva-mate aos mercados mundiais desde meados do século XIX até a década de 1930, a mesorregião voltou-se, após a Depressão, à exploração das matas de Araucária. A maneira predatória com que foi exercida essa atividade acarretou estagnação econômica a partir dos anos 1960, restando hoje uma indústria madeireira, em União da Vitória e adjacências, voltada a produtos de maior valor agregado, como esquadrias e móveis de madeira. Também na mesorregião sul, atividades papéis são desenvolvidas, porém de menor porte em relação às da região campestre; e um importante polo cerâmico vem se desenvolvendo nas últimas décadas no triângulo Ibituva-Guamiranga-Prudentópolis. Como pode ser notado, as atividades agropecuária e florestal dessa mesorregião não ocorreram de forma organizada e empresarial capaz de superar crises inerentes ao setor, resultando em diferenças sociais marcantes, sobretudo, para os atores da agricultura familiar, implicando em constante evasão da zona rural e elevadas diferenças sociais.

Entretanto, o agronegócio tornou-se a principal fonte de riqueza tanto para a região dos Campos Gerais quanto para o estado do Paraná. Em 2015, considerando a divisão política da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, segundo o Departamento de Economia Rural – DERAL, no Núcleo Regional de Ponta Grossa foram produzidos cerca de 190 produtos agropecuários, que representaram um valor bruto da produção rural de mais de 7 bilhões de reais (SEAB/DERAL, 2015a; SEAB/DERAL, 2015b). Desse modo, o desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis e que proporcionem incremento no rendimento de grãos, frutas e olerícolas é de fundamental importância.

Essa vocação deixa clara a importância da UEPG como formadora de profissionais qualificados nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Bioenergia, Zootecnia e Computação Aplicada, os quais têm como focos principais: (i) desenvolvimento científico e tecnológico da agricultura, por meio da realização de estudos voltados para a produção de grãos, fibras, frutas, olerícolas, forragens, leite, carne e energia, com o auxílio da tecnologia de informação, visando maior precisão, rastreabilidade e sustentabilidade da atividade agropecuária; (ii) transformação das matérias primas em produtos com maior valor agregado, tecnologia e promoção da agroindústria. Como consequência, novos conhecimentos e produtos têm sido gerados e repassados para a comunidade científica e aos produtores rurais, contribuindo com métodos e técnicas inovadoras de manejo de solo, água, plantas, animais, insumos agropecuários e processamento de alimentos, em consonância com o ambiente, com intuito de maior sustentabilidade ao agronegócio.

Nas Mesorregiões Centro-Oriental, Oeste e Sudoeste do Paraná destacam-se a atividade da pecuária leiteira e da indústria de laticínios (Carambeí, Castro, Palmeira e Irati), calcada em cooperativas de produtores e desenvolvida em moldes tecnicamente avançados. De fato, fortes laços culturais ligam o centro e o sul paranaenses, desde primórdios do século XX, quando a ferrovia inaugurou Ponta Grossa como capital regional, transformando-a em fornecedora de bens e serviços para o interior paranaense.

O processo de industrialização aconteceu na cidade no período entre 1975 e 2005 impulsionado pela boa infraestrutura de transporte, mão-de-obra qualificada e barata, com a presença marcante da UEPG. Ponta Grossa tem indústrias nos seguintes ramos: extração de talco, pecuária, agroindústria, madeireiras, metalúrgicas, alimentícias e têxteis.

Em 2005, o Sistema Federação das Indústrias do Paraná lançou o Projeto Setores Portadores de Futuro para o Estado do Paraná para identificação dos setores e áreas industriais mais promissoras para o estado em um horizonte de 10 anos. Passados os 10 anos, em 2015, o Sistema da Federação das Indústrias do Paraná, Sistema Fiep em parceria com o Sebrae-PR lança uma segunda edição do projeto, para os próximos 10 anos, em busca de novas oportunidades de prosperidade. Mais especificamente, o objetivo



desta segunda edição do projeto é identificar setores e áreas portadoras de futuro para a indústria paranaense que possam situar o estado em uma posição competitiva em nível nacional e internacional em um horizonte temporal de 10 anos. Para a Mesorregião Centro-Oriental foram priorizados os seguintes setores, segmentos e áreas: Agroalimentar; Bens de Capital; Biotecnologia; Celulose, Papel e Gráfica; Construção; Economia Criativa; Economia da Água; Economia do Turismo e Lazer; Economia Verde; Energia; Infraestrutura e Logística; Madeira e Móveis; Meio Ambiente; Metal-mecânico; Tecnologia da Informação e Comunicação.

Atualmente, mais um complexo industrial está se desenvolvendo na região norte da cidade, com a implantação de indústrias alimentícias e automobilísticas de alto padrão. Em 2013 foi inaugurada a DAF/PACCAR Caminhões, sendo esta a primeira fábrica de caminhões da marca na América Latina; e em 2016 foi inaugurada a fábrica da Companhia de Bebidas das Américas - AmBev Cervejaria.

O município de Ponta Grossa, por meio da união de esforços de grande grupo de gestores como Prefeitura Municipal, Associação Comercial e Industrial – ACIPG, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Federação das Indústrias do Paraná – FIEP, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ponta Grossa – CDESPONTA, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, dentre outros, está implantando o Parque Eco Tecnológico de Ponta Grossa, e, na UEPG, está em andamento a consolidação da Incubadora de Projetos Inovadores - INPROTEC da UEPG.

Este novo cenário que se apresenta por meio da crescente industrialização motivou a UEPG ao desenvolvimento de atividades de ensino, extensão, pesquisa e inovação desencadeadas pelos cursos de Graduação (Bacharelado) em Geografia, Física, Matemática Aplicada, Química Tecnológica, Engenharia Civil, Engenharia de Software, Engenharia de Materiais, Engenharia de Alimentos, e Engenharia de Computação; e cursos de Mestrado e Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências (Física), Geografia, Engenharia e Ciências de Materiais e Química; e cursos de Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada, Engenharia Sanitária e Ambiental e Química Aplicada.

A formação de profissionais em nível superior nessas áreas do conhecimento e as pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu contribuem para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico necessário para o crescimento desse segmento tão importante para municípios dos Campos Gerais, bem como para o Estado do Paraná. Salienta-se que o equilíbrio na geração de riquezas no Paraná entre os setores Agrícola e Industrial depende, fundamentalmente, das IES e institutos de Pesquisas. Nesse contexto, a UEPG vem contribuindo, mas tem muito mais a acrescentar para o Estado, por meio de ações da Agência de Inovação e Propriedade Intelectual - AGIPI com a FIEP e a ACIPG.

Na área da saúde, Ponta Grossa é a cidade-polo da mesorregião centro-oriental do estado do Paraná. A UEPG, desde antes da sua criação, ainda como faculdades isoladas, já tinha tradição na área de saúde, com os cursos de Farmácia, Educação Física e Odontologia. A vocação da UEPG na área de saúde e biológicas é demonstrada pela formação de recursos humanos de excelência nos cursos de graduação em Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina e Odontologia. Essas áreas têm diversas atividades de ensino, pesquisa e inovação, por meio dos cursos de Mestrados e Doutorados em Ciências Farmacêuticas e Odontologia, Mestrados em Ciências Biomédicas e Ciências da Saúde. Adicionalmente, há o Mestrado em Biologia Evolutiva, que possui interface bastante estreita com a área da saúde. Essa área também teve, nos últimos anos, forte inserção na pós-graduação Lato Sensu, sobretudo, após o Hospital Regional dos Campos Gerais se tornar universitário, Hospital Universitário Regional Dos Campos Gerais, sob responsabilidade da UEPG. Nesse contexto, destacam-se as Residências Médicas (Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Clínica Médica, Medicina da Família, Neurologia e Radiologia), Multiprofissional (Atenção à Saúde Neonatal, Intensivismo, Reabilitação e



Saúde do Idoso) e Uniprofissional (Cirurgia e Traumatologia Bucocomaxilofacial e Enfermagem Obstétrica). A área de Saúde da UEPG também tem experiência na formação de recursos humanos em nível de especialização em Odontopediatria e Ortodontia, e mais recentemente, em Hemoterapia.

Dessa forma, considerando a importância da cidade no contexto da saúde regional, as carências e necessidades da população em termos de saúde, justificadas pelos baixos valores de Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - de algumas cidades atendidas justificam os cursos de Pós-Graduação citados para a formação de pesquisadores e profissionais de elevado nível para contribuir com o desenvolvimento regional. Além da projeção regional, a área de saúde da UEPG tem se destacado pela atração de pós-graduandos de vários países da América Latina.

A formação de professores para atuação na Educação Básica, desde 1950, atende as áreas de Matemática, Química, Física, Biologia, Geografia, História, Letras, Pedagogia, Artes Visuais, Música, Educação Física, além do curso de Licenciatura em Computação, implantado em 2017, e do curso de Licenciatura em Filosofia aprovado institucionalmente e submetido à apreciação da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI para autorização de funcionamento.

Os cursos de Licenciatura da UEPG, na modalidade presencial e EaD, vêm desenvolvendo um trabalho coletivo reconhecido nacionalmente pelo caráter inovador das ações da Comissão Permanente das Licenciaturas – COPELIC e dos Programas voltados à formação docente como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID e o Residência Pedagógica.

Projetos e atividades extensionistas voltados à melhoria do ensino básico e à formação inicial e continuada de professores são desenvolvidos pelos professores da Instituição. Soma-se a isso, a contribuição expressiva dos cursos (acadêmicos) de Mestrados e Doutorados em Ciências (Física), Educação, Geografia e Química; Mestrados (Acadêmicos) em Ensino de Ciências e Educação Matemática e Estudos da Linguagem; e dos Mestrados Profissionais em Ensino de Física, História e Matemática. Ainda, há forte inserção dos cursos Lato Sensu voltados ao público da licenciatura, sobretudo, mediante oferta de cursos de Especialização a distância em Educação Física Escolar; (ii) Filosofia para o Ensino Médio; (iii) História, Arte e Cultura; e (iv) Sociologia para o Ensino Médio. Portanto, a UEPG desempenha sólido papel na formação de licenciados em nível de graduação, especialização a distância, mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado para atuação na Educação Básica e Educação Superior, sendo importante polo de qualificação profissional, de fomento e irradiação de pesquisas e inovações na área educacional.

As áreas de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais e Aplicadas defendem a perspectiva da interdisciplinaridade na construção do saber científico, dada a própria complexidade dos fenômenos da vida social. A atuação dos cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas e dos Mestrados em Economia e Jornalismo em uma das áreas de menor IDH do Estado do Paraná, demanda à UEPG a realização de estudos e pesquisas que contribuam para a compreensão desta realidade, com o objetivo de subsidiar intervenções possíveis que conduzam à elevação dos padrões de justiça e inclusão sociais. As áreas de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais Aplicadas também se destacam na formação de recursos humanos em nível de Especialização (a distância e presencial), com destaque para (i) Gestão de Eventos e Cerimonial Público e Privado; (ii) Gestão em Saúde; (iii) Gerontologia; (iv) Gestão Pública; (v) Gestão Pública Municipal; (vi) Direito e Processo Administrativo; e (vii) Direito Penal e Prática Forense Penal.

A UEPG já participou da política de fundação de *campi* avançados, chegando a estar, não exatamente no mesmo período, em seis conjuntos universitários diferentes fora da sede. Nessas instalações, em face da demanda limitada, têm sido ofertados cursos diversos de forma rotativa, de maneira a não saturar o mercado de trabalho local e regional. Atualmente, somente o *campus* de Telêmaco Borba está ativo.



Outro aspecto da inserção da UEPG, que remete ao contexto estadual e nacional, se dá por meio da Educação a Distância, iniciado com o Curso Normal Superior com Mídias Interativas, integrante do Programa Estadual de Formação de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. O aparato tecnológico montado para essa atividade levou à criação, na UEPG, do Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância, o qual vem se expandindo com a oferta do ensino na modalidade a distância de cursos de Graduação, Pós-Graduação e formação continuada de professores, em parceria com o MEC, a Secretaria de Educação Básica - SEB, Universidade Aberta do Brasil - UAB e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, e mais recentemente com projetos e atividades extensionistas.

Em 2017, foram ofertadas 2620 vagas, distribuídas em 9 (nove) cursos de graduação a distância: Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras Português/Espanhol, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Computação e Tecnólogo em Gestão Pública.

Os cursos de Licenciatura em Computação e de Tecnologia em Gestão Pública tiveram a primeira oferta em 2017. O curso de Tecnologia em Gestão Pública foi criado para atender uma solicitação da SETI, considerando a necessidade de formação em nível superior dos servidores públicos do Estado do Paraná, e cujo projeto foi submetido a Edital de financiamento junto a órgãos de fomento.

A área de abrangência do ensino de graduação a distância espalha-se em todas as regiões do estado do Paraná, além dos estados de São Paulo e Santa Catarina.

1.5 Breve histórico da IES³

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizada na região centro-sul do Estado do Paraná, foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei n. 6.034, de 06/11/1969, publicada em 10/11/1969, e do Decreto n. 18.111, de 28/01/1970.

Trata-se de uma das mais importantes instituições de Ensino Superior do Paraná, resultante da incorporação das Faculdades Estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente. Eram elas: a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, criada pelo Decreto Estadual n. 8.837, de 08/11/1949, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 32.242, de 10/02/1953; a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, criada pela Lei n. 921, de 16/11/1952, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 40.445, de 30/11/1956, posteriormente desmembrada em Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa e Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, através da Lei n. 5.261, de 13/01/1966; a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, criada pela Lei n. 2.179, de 04/08/1954, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 50.355, de 18/03/1961; e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, criada pela Lei n. 03/66, de 12/01/1966, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 69.697, de 03/12/1971.

A personalidade jurídica de cada uma dessas unidades isoladas foi extinta no ato da criação da Universidade sob o regime da Fundação de Direito Público, reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto n. 73.269, de 07/12/1973 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, Regimento Geral e Plano de Reestruturação. O início das atividades da UEPG foi assinalado pela posse do professor Álvaro Augusto Cunha Rocha, no cargo de Reitor, e do professor Odeni Villaca Mongrue, no cargo de Vice-Reitor, ambos nomeados pelo Governador na época, Dr. Paulo Cruz Pimentel, conforme Decreto n. 20.056, de 06/05/1970.

A segunda gestão teve início em 1974, sendo nomeados para o cargo de Reitor o professor Odeni Villaca Mongrue e, para o cargo de Vice-Reitor, o professor Daniel Albach Tavares.

³ Fonte dos dados: <https://www2.uepg.br/propan/wp-content/uploads/sites/145/2020/10/PDI-2018-2022-Vol-I-ok.pdf>



A terceira gestão iniciou no dia 28 de março de 1979, com a nomeação do professor Daniel Albach Tavares para o cargo de Reitor e do professor Waldir Silva Capote para o cargo de Vice-Reitor.

Pelo Decreto n. 226, de 29/03/1983, o Governador José Richa nomeou o professor Ewaldo Podolan para o cargo de Reitor e o professor João Lubczyk para o cargo de Vice-Reitor, dando início a quarta gestão administrativa da Instituição.

Os dirigentes da quinta gestão foram os professores João Lubczyk e Lauro Fanchin, respectivamente Reitor e Vice-Reitor da Instituição, nomeados pelo Decreto n. 106, de 19/03/1987.

A sexta gestão, constituída dos professores João Carlos Gomes para o cargo de Reitor e Roberto Frederico Merhy para o cargo de Vice-Reitor, foi oficializada por ato do Governador Álvaro Dias, que os nomeou através do Decreto n. 7.691, de 06/03/1991.

O professor Roberto Frederico Merhy e a professora Leide Mara Schmidt, que assumiram a Reitoria e a Vice-Reitoria da Instituição, dando início a sétima gestão, foram nomeados para os respectivos cargos pelo Decreto n. 3.828, de 22/07/1994.

Ao fim dessa gestão, ouvida a comunidade universitária, os referidos professores foram reconduzidos aos seus cargos, instituindo o primeiro caso de reeleição da Instituição – reeleição esta que foi confirmada pelo Decreto n. 4.725, de 31/08/1998, sancionado pelo Governador Jaime Lerner.

Em 22 de agosto de 2002, nomeados pelo Decreto n. 6.181/2002 do Governador Jaime Lerner, assumiram a Reitoria os professores Paulo Roberto Godoy e Ítalo Sergio Grande, respectivamente Reitor e Vice-Reitor da UEPG, eleitos em pleito democrático do qual participaram docentes, discentes e funcionários da UEPG.

Em 11 de julho de 2006, nomeados pelo Decreto n. 6.885 pelo Governador Roberto Requião, assumiram a Reitoria os professores João Carlos Gomes, Reitor, e Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, Vice-Reitor, escolhidos por meio de consulta a comunidade universitária.

A décima primeira gestão na história da Universidade, também escolhida mediante consulta à comunidade universitária, figura como o segundo caso de reeleição, constituída pelos professores João Carlos Gomes, Reitor, e Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, Vice-Reitor, nomeados pelo Decreto n. 7.265, de 01/06/2010, do Governador Orlando Pessuti.

Em meados de 2013, o então Governador do Estado, Carlos Alberto Richa, efetua convite ao Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, professor João Carlos Gomes, para assumir a pasta da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Pelos Decretos n. 8776, de 21 de agosto de 2013 e Decreto n. 12, de 1º de janeiro de 2015, do Governador Carlos Alberto Richa, o professor João Carlos Gomes é nomeado Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, onde permaneceu até 6 de abril de 2018.

Em conformidade com o Estatuto e Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em sessão solene e pública do Conselho Universitário, no dia 12 de setembro de 2013, o professor Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, é empossado Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, nomeado pelo Decreto n. 8775, de 21 de agosto de 2013, em cumprimento ao término de mandato, até 31 de agosto de 2014.

Em 1º de setembro de 2014, após consulta à comunidade universitária, inicia-se a décima segunda gestão na condução dos caminhos da Instituição. Nomeados pelo Decreto n. 11.491, de 2 de julho de 2014, do Governador Carlos Alberto Richa, respectivamente aos cargos de Reitor e Vice-Reitor, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, os professores Carlos Luciano Sant'Ana Vargas e Gisele Alves de Sá Quimelli.

Em 1º de setembro de 2018, o reitor Miguel Sanches Neto e o vice-reitor Everson Augusto Krum assumem a reitoria da UEPG para os próximos quatro anos (1º de setembro de 2018 a 31 de agosto de 2022). Para o período de 2022 a 2026 foram eleitos o professor Miguel Sanches Neto e Ivo Mottin Demiate.

2. DADOS SOBRE O CURSO



2.1 Nome do Curso: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Linha de formação: DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

2.2 Habilitação/Grau:

Bacharelado Licenciatura Tecnólogo

2.3 Modalidade de Ensino:

Presencial Educação a Distância

2.4 Local de funcionamento do Curso:

UEPG *Campus* Central
NUTEAD
Polos EAD.

2.5 Turno de Funcionamento:

Matutino Vespertino
 Integral Noturno

2.6 Carga Horária do Curso:

	Carga Horária	Extensão como componente curricular	Carga horária total do grupo
GRUPO I - Formação Básica Geral	750	90	840
GRUPO II.a - Formação Específica Profissional	1035	135	1575
GRUPO II.b - Diversificação ou Aprofundamento - Obrigatórias	405		
GRUPO III.a - Estágio Curricular Supervisionado	420	XXX	420
GRUPO III.b - Prática enquanto componente curricular	300	105	405
GRUPO IV –Gestão Educacional	360	45	405
Total Extensão como componente curricular *		375	
Carga Horária Total do Curso		3645	

2.7 Tempo de duração do Curso:

mínimo: 4 anos máximo: 6 anos

2.8 Ano da Primeira Oferta: 2024

2.9 Atos legais

Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional 9.394/1996.
Criação do curso - Resolução CA nº 111 de 06 de novembro de 1961.
Reconhecimento pela portaria MEC nº 111 de 06 agosto de 1961.



Parecer CNE 009/2001.

Resoluções 01/2002 CNE/CP e 02/2002 CNE/CP.

Resolução 01 de 15 de maio de 2006 – CNE – Institui Diretrizes para o Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura.

Resolução CEPE 227 de 16 de dezembro de 2008, Criação do curso de Pedagogia, na modalidade EaD.

Resolução CEPE nº 069 de abril de 2009, Fica aprovado o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade a EaD.

Resolução CEPE 211, de 20 de outubro de 2009. Aprova alteração da denominação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPG.

Resolução CEPE 212, de 20 de outubro de 2009. Aprova adequação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade EaD, da UEPG.

Decreto nº 8413, de 22 de setembro de 2010. Renovação de Reconhecimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade EaD, da UEPG.

Resoluções CEPE Nº 11, de 20 de março de 2012. Homologa a Portaria R. nº 066 de 14/03/2012, que aprovou *ad referendum* as Alterações realizadas no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia - Magistério da Educação Básica e Gestão Educacional – EaD.

Resolução CEPE nº 005, de 19 de março de 2013. Aprova regulamento de cursos de graduação, modalidade de educação a distância (ead) da UEPG.

2.10 Local de Funcionamento e vínculo administrativo do Curso

Setor: SECIHLA – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes

Campus universitário: Campus Central - secretaria e coordenação de Curso

Colegiado de Pedagogia, Contato (42) 2102-8948 secretaria.pedagogia@ead.uepg.br

Departamento: DEED – Departamento de Educação

Contato – (42) 3220-3373 deed@uepg.br

Departamento DEPED – Departamento de Pedagogia

Contato (42) 3220-3367 deped@uepg.br

Polos de atuação: Cerro Azul-PR (41) 3662-1641; Jaguariaíva-PR (43) 3535-9364, Palmital-PR (42) 3657-1989, Ponta Grossa-PR (42) 9926-9246, Telêmaco Borba-PR (42) 3904-1820, Siqueira Campos-PR (43) 3571-3958, Pontal do Paraná-PR (41) 3455-9600, Reserva-PR (42) 3276-1544, São Mateus do Sul-PR (42) 3542-6753, Paranaguá-PR (41) 3420-2933.

Página do curso: <https://ead.uepg.br/site/curso/graduacao-em-licenciatura-em-pedagogia-magisterio-da-educacao-basica-e-gestao-educacional-uab>

2.11 Número de Vagas Ofertadas:

Conforme demanda do edital - Capes/UAB, há um mínimo de 180 vagas para a aprovação do curso.

2.12 Conceitos do Curso:

Conceito ENADE	2021	3,0
Conceito Preliminar de Curso (CPC)	2017	4,0

2.13 Indicadores de Qualidade da Educação Superior



Nome do Curso	CPC / Ano referência	ENADE	IDD	Ano Referência
Licenciatura em Pedagogia – EAD	4/2014	4	4	2014
Licenciatura em Pedagogia – EaD	4/2017	4	4	2017
Licenciatura em Pedagogia - EAD	4/2021	3	4	2021

2.14 Percentual candidato/vaga Vestibular e Processo Seletivo Seriado (PSS)

Ano de ingresso	Vagas	Candidatos	Percentual candidato/vaga	Proporção Candidato/vaga
2012	-	-	-	
2013	-	-	-	
2014	150	810	18,52%	5,40
2015	170	753	22,58%	4,43
2016	-	-	-	
2017	200	752	26,60%	3,76
2018	250	649	38,52 %	2,60
2019	-	-	-	
2020	330	443	74,49%	1,34
2021	-	-	-	
2022	-	-	-	
2023	-	-	-	

2.15 Dados sobre o Coordenador do Curso

Nome do coordenador do curso: Gisele Brandelero Camargo	
Titulação: Doutorado em Educação	
Portaria de designação: Portaria 2022.221 de 05 de maio de 2022	
Formação Acadêmica: Pedagogia	
Graduação	Licenciatura em Pedagogia, UNICENTRO, 2003
Pós-Graduação	Doutorado em Educação, UFPR, 2020
Carga Horária semanal dedicada à coordenação do curso	20h
Regime de trabalho do coordenador do curso	Regime de Dedicção Exclusiva
Tempo de exercício na IES	13 anos
Tempo na função de coordenador do curso	1 ano e 3 meses

2.16 Dados sobre o Colegiado de Curso

Membros componentes do Colegiado	Titulação	Regime de	Ato oficial de nomeação
----------------------------------	-----------	-----------	-------------------------



		trabalho	
Alessandro de Melo	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Portaria Setorial nº 15/2022
Beatriz Gomes Nadal	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Portaria Setorial nº 50/2023
Clícia Buhner Martins	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Portaria Setorial nº 47/2022
Daiana Camargo	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Portaria Setorial nº 15/2022
Elismara Zaias Kailer	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Portaria Setorial nº 50/2023
Érico Ribas Machado	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Portaria Setorial nº 33/2023
Giselle Cristina Smaniotto	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Portaria nº 695/2022
Nelba Maria Teixeira Pisacco	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Portaria Setorial nº 32/2022
Rosana de Castro Casagrande	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Portaria Setorial nº 50/2023
Graciete Tozetto Góes	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Portaria Setorial nº 60/2023

2.17 Dados sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE

Docentes componentes do NDE	Titulação	Regime de trabalho	Tempo de exercício no NDE
Karen Ribeiro	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Portaria Setorial Nº 23/2022 de 26/04/22
Marcelo Ubiali Ferracioli	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Portaria Setorial Nº 77/2022 de 24/20/2022
Marilúcia Antônia de Resende Peroza	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Portaria Setorial Nº 70/2021 de 9/11/2021
Paola Andressa Scortegagna	Doutorado	Dedicação Exclusiva	Portaria Setorial Nº 16/2022 de 7/03/2022

2.18 Dados sobre Discentes Ingressantes e Formados

Ingresso (Quantitativo de alunos ingressantes efetivamente matriculados)			Concluintes (Quantitativo de alunos efetivamente formados)								
Ano de ingresso	Vagas	Número de ingressantes matriculados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
2012		3	83	1		1					85
2013		4	1								1
2014	150	143	1		4	15	1		1	1	23
2015	170	174				3	18	3			24
2016		5						1			1
2017	200	200						106	6	2	114
2018	250	*434				71	1	7	219	3	301
2019		9					93	4	106		203



2020	330	332							9		9
2021		5									
2022		7									
2023		4									
	1.100	1.320	85	1	4	90	113	121	341	6	761
PERCENTUAL INGRESSANTES/ CONCLUINTES			57,65%								
RELAÇÃO INGRESSANTES/ CONCLUINTES			0,58%								

3 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO

Os princípios norteadores da nova proposta curricular estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, na modalidade à distância (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, a qual define princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação e Resolução 02/2019 do CNE).

3.1 Apresentação do Curso

O Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa teve início em 1962, ainda na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Como curso presencial com autorização de funcionamento se deu pelo Decreto nº 111/1961, de 06 de novembro de 1961 e o reconhecimento do curso pelo Decreto nº 62.690/1968 de 16 de maio de 1968.

O curso implantado visava formar em quatro anos o “técnico em educação” (bacharel) e o professor das disciplinas pedagógicas (licenciado) que atuaria no Curso Normal (formação de professores/as). O modelo organizacional seguia as orientações nacionais, em especial o Parecer CFE nº 251/1962 que delineava o chamado “esquema 3+1”.

Em 1972 o curso sofreu sua primeira alteração visando atender as especificações do Parecer CFE nº 252/1969 o qual estabelecia uma carga horária de 2200 horas, distribuídas em no mínimo 3 anos letivos, para os cursos de Pedagogia do Brasil. O Curso objetivava formar docentes para o Curso de Magistério (2º Grau) e para as habilitações em Administração Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Inspeção Escolar.

Os acadêmicos optavam por uma dessas habilitações e tinham a possibilidade de retornar para cursar outras habilitações.

A organização curricular manteve-se praticamente a mesma até o final da década de 1980. A partir de 1990, os Cursos da UEPG tornaram-se anuais. Em 1989, o Colegiado do Curso de Pedagogia, ao elaborar a nova matriz curricular para o regime anual, realizou uma ampla reestruturação do Curso. Segundo Santos (1999, p. 85):

Em 1989, no contexto do curso de Pedagogia da UEPG, intensificaram-se discussões sobre o distanciamento da Universidade em relação à realidade concreta da escola e buscou-se romper com uma prática idealista e ou puramente tecnicista. Naquele momento, as Associações, os Eventos e os Movimentos de Educadores se fortaleciam, convidando o educador a assumir uma posição crítica frente às propostas unilaterais, definidas à priori pelos órgãos oficiais. Assim, a reformulação de 1989 propunha a formação de um profissional mais crítico e mais completo no sentido de atender às exigências da prática docente, voltando-se à formação para o Magistério, porque até então a tônica do curso era formar os “especialistas”.



Os acadêmicos acabavam preocupados, apenas, em “se tornarem um desses profissionais, o que comprometia a sua formação enquanto educador e o necessário conhecimento da prática docente”. (SANTOS, 1999, p. 85).

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) encaminhado para aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) propunha a formação de professores para atuar nos anos iniciais do antigo 1º Grau e na docência das disciplinas pedagógicas do 2º Grau. As habilitações para opção dos acadêmicos a partir do terceiro ano do curso, passam a ser: Magistério das Séries iniciais do 1º Grau; Magistério das Classes de Alfabetização e Magistério de Pré-Escola.

No período em questão foi suspensa a oferta das habilitações de Supervisão Escolar, Administração Escolar e Orientação Educacional. No entanto, as mesmas foram retomadas em 1992, atendendo solicitações dos/das acadêmicos/as do Curso, bem como para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Em 1996 um novo processo de reformulação curricular foi iniciado. Tal proposta curricular, iniciada em 1997, previa um curso de cinco anos, sendo: os quatro primeiros anos voltados à formação do professor do Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau e Magistério das matérias pedagógicas do 2º Grau⁴. O quinto ano tinha um caráter complementar efetivado por meio das habilitações: Supervisão escolar, Administração Escolar, Orientação educacional, Educação Infantil, Educação de Adultos, Educação Especial (Deficiência Mental). A organização curricular estruturou-se em dois eixos básicos (fundamentação pedagógica e formação para o magistério) e um eixo complementar (habilitações específicas – 5º ano). Além disso, explicitaram-se alguns princípios metodológicos orientadores: base teórica sólida, articulação entre teoria e prática, interdisciplinaridade e prática vivenciada. A preocupação com a articulação entre teoria e prática manteve-se como um elemento forte na estruturação do curso, bem como nas discussões e tentativas de articulação empreendidas pelos docentes e pelo Colegiado de Curso.

Com o Decreto do CFE n. 3276/1999 de 06/12/1999, que criou o Curso Normal superior, surgiu a necessidade de nova reformulação. Os debates no âmbito nacional e institucional se ampliaram em função das repercussões do decreto na formação ofertada pelo Curso de Pedagogia. Os acadêmicos matriculados no curso de Pedagogia da UEPG questionavam qual seria a diferença entre a formação recebida por eles em relação ao Curso Normal Superior.

Com a situação instalada reivindicou-se o retorno das habilitações para a estrutura básica do curso, garantindo a especificação das habilitações em Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Administração Escolar com registro em seus diplomas e distinguindo da formação ofertada pelo Curso Normal Superior.

O período subsequente foi marcado pelo debate em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os Cursos de Pedagogia. O processo evidenciou distintas concepções em relação à formação do pedagogo. Também no âmbito interno da UEPG muitas foram as reflexões e debates sobre a formação a ser ofertada.

Em 15 de maio de 2006, pela Resolução CNE/CP n. 01/2006, foram aprovadas as DCNs do Curso de Pedagogia. As DCNs em seu artigo 2º explicitam a abrangência da expectativa de formação.

A proposta apresentava um curso com duração de quatro anos, comprometido com a formação do pedagogo habilitado para atuar como docente na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio e, ainda, apto para assumir tarefas relativas à organização e gestão de processos educativos em instituições escolares e não-escolares. A intenção de formar o pedagogo a partir de uma perspectiva de

⁴ Até a aprovação da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), a educação brasileira seguia a nomenclatura de Ensino de 1º Grau e Ensino de 2º Grau (Lei 5.692/1971).



totalidade se constituiu em uma proposta de superação frente ao distanciamento e fragmentação causados pela separação das habilitações Supervisão Escolar, Administração Escolar e Orientação Educacional. Nessa proposta, a formação do pedagogo pretendida encontrava-se alicerçada em três pilares fundamentais e indissociáveis: a docência, a gestão de processos educativos, a relação entre pesquisa e prática pedagógica. A denominação “Licenciatura em Pedagogia - Magistério para a Educação Básica e Gestão Educacional” corrobora o propósito de formação almejado pelo curso. (SOUZA, 2017, p. 81).

Após amplos debates foi proposta nova estrutura curricular que passou a vigorar a partir de 2007. Com a denominação “Licenciatura em Pedagogia: Magistério para a Educação Básica e Gestão educacional”, o curso apresentava as seguintes finalidades e campos de atuação: formação de professores para o exercício de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; formação de professores para disciplinas pedagógicas do Ensino Médio (formação de professores); formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional (gestão educacional), previstas no Art. 64 da Lei 9394/96.

Assim, os campos de atuação do pedagogo são os seguintes:

- docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e docência nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio;
- funções de organização e gestão de instituições e sistemas de ensino. (UEPG, PPC Pedagogia, 2006, p. 9).

Em 14 de abril de 2009, o CEPE UEPG aprova o Projeto do curso de Pedagogia na modalidade à distância, pela Resolução 069. O curso contava com professores do extinto Departamento de Métodos e Técnicas (DEMET) e do Departamento de Educação (DEED), numa parceria com a Universidade Aberta do Brasil.

Por esse projeto, foi aprovado que o acadêmico deveria perfazer um total mínimo de 3.379 (três mil, trezentas e setenta e nove) horas, sendo 1.955 (mil, novecentas e cinquenta e cinco) horas em disciplinas de Formação Básica Geral, 612 (seiscentas e doze) horas em disciplinas de Formação Específica Profissional, 204 (duzentas e quatro) horas em disciplinas de Diversificação ou Aprofundamento, 408 (quatrocentas e oito) horas de disciplina de Estágios Supervisionado e 200 (duzentas) horas de Atividades Complementares, distribuídas em, no mínimo, 8 (oito) semestres e, no máximo, 12 (doze) semestres letivos em ambos os turnos.

Em 16 de novembro de 2009, pela Resolução C.A. foi aprovada a alteração da denominação do Curso de Licenciatura em Pedagogia – Magistério da Educação Básica e Gestão Educacional para “Curso de Licenciatura em Pedagogia”, constando no verso do diploma a denominação: “Linha de Formação em Magistério para a Educação Básica e Gestão Educacional”.

A resolução CEPE Nº 052, de 09 de agosto de 2011, autoriza a oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia – EAD, em dois semestres letivos, com início previsto para setembro de 2011. Essa oferta visava atender, exclusivamente, os alunos selecionados pela Secretaria de Estado da Educação - SEED no âmbito do Paraná.

A Resolução CEPE Nº 011, de 20 de março de 2012, que vigora até hoje, aprova as alterações realizadas no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia – Magistério da Educação Básica e Gestão Educacional – UAB. Essas alterações se referiam à carga horária total do curso, que passou a ter 3.447 (três mil, quatrocentas e quarenta e sete) horas, sendo 1.921 (mil, novecentas e vinte e uma) horas em disciplinas de Formação Básica Geral, 714 (setecentas e quatorze) horas em disciplinas de Formação Específica Profissional, 204 (duzentas e quatro) horas em disciplinas de Diversificação ou Aprofundamento, 408 (quatrocentas e oito) horas de disciplina de Estágios Supervisionado e 200 (duzentas) horas de Atividades Complementares, distribuídas em, no mínimo, 8 (oito) semestres e, no máximo, 12 (doze) semestres letivos em ambos os turnos.



Atualmente, o curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade à distância, está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006), a qual define princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação.

Em 2023, o NDE, Colegiado de Pedagogia e docentes retomaram as discussões para a reestruturação do Curso, com objetivo de adequá-lo à Resolução CNE/CP nº 2/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

O CURSO, SUAS FINALIDADES E CAMPO DE ATUAÇÃO

O Curso de Graduação em Pedagogia da UEPG tem como finalidade formar profissionais para o exercício da docência na **Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e para as funções de Gestão na Educação Básica.**

Princípios Pedagógicos do Curso:

A partir dos campos de atuação do/da licenciado/a em Pedagogia, foram definidos os princípios pedagógicos que orientam a matriz curricular, bem como os encaminhamentos metodológicos e a avaliação da aprendizagem.

A organização curricular do curso tem como princípio pedagógico os eixos interséries, que tem o papel de conferir unidade e organicidade curricular e pedagógica à diversidade das disciplinas ao longo dos quatro anos do percurso formativo, na articulação ensino, pesquisa e extensão. Os quatro eixos interséries são: docência e os processos de aprendizagem ao longo da vida; inclusão escolar e social; educação, seus fundamentos e tecnologias; e organização e gestão do trabalho pedagógico.

Figura 1 – Organização dos eixos interséries



a) Formação teórica sólida e atualizada para a docência e para a gestão escolar e educacional

As disciplinas e demais atividades curriculares do Curso objetivam garantir aos acadêmicos/as:

- formação sólida nos três grupos mencionados na Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a saber: currículo e seus marcos legais; didática e seus fundamentos; e metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados;
- compreensão crítica da realidade social e educacional, bem como dos processos de desigualdade social e possíveis formas de superação das desigualdades;



- reconhecimento da educação como um direito de todos e do papel da escola como sendo o de garantir a apropriação do conhecimento da forma mais ampla, exitosa e no menor tempo possível (KLEIN, 2003);
- instrumentalização teórico-prática para o atendimento das necessidades de aprendizagem dos/ acadêmicos;
- preparo para enfrentar os atuais desafios da Educação Básica, tais como: a inclusão de acadêmicos com deficiência na escola regular; a superação do racismo, das práticas sexistas e de todas as formas de discriminação; a cultura digital; a diversidade cultural; a gestão democrática em todos os níveis; a participação ativa dos acadêmicos nos processos de gestão da aprendizagem e da gestão escolar; a diferenciação curricular; o Desenho Universal para a Aprendizagem;
- o reconhecimento de que a educação é um investimento formativo do humano e a interação docente é mediação universal e insubstituível dessa formação, tendo-se em vista a educabilidade do ser humano. Esse investimento formativo é um investimento ético, pois requer o desenvolvimento do respeito, do cuidado e do diálogo (SEVERINO, 2011, p. 132).

A formação para a docência confere especificidade à função do profissional da educação entendida como ato educativo intencional, seja no trabalho pedagógico escolar ou não escolar. Nesse sentido, a docência é definida “em seu sentido amplo, enquanto trabalho e processo pedagógico construído no conjunto das relações sociais e produtivas e, em sentido estrito, como expressão multideterminada de procedimentos didático-pedagógicos intencionais passíveis de uma abordagem transdisciplinar” (ANFOPE et al, 2001).

Esse princípio se efetivará por meio de uma sólida formação teórico-prática:

- nas disciplinas de Fundamentos e Metodologias das diferentes áreas de conhecimento;
- nas disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica e Gestão na Educação Básica;
- nas disciplinas de Gestão Educacional;
- nas disciplinas de Estágio Supervisionado em Docência e Gestão na Educação Básica;
- no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvido de forma progressiva e articulada com as demais atividades do curso, de modo a facilitar a aproximação dos acadêmicos com diferentes possibilidades de pesquisa;

Neste projeto, compreende-se que todas as disciplinas e atividades possuem um caráter teórico-prático e instrumental, nas quais serão priorizadas a articulação permanente com a realidade escolar e a prática vivenciada.

b) Formação inicial para pesquisa entendida como um processo imprescindível ao profissional da educação

Com o objetivo de garantir uma base consistente para o desempenho profissional, o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPG proporcionará aos acadêmicos uma formação inicial para a pesquisa nas disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica. Essa formação culminará com a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). As ementas das disciplinas do eixo de pesquisa devem garantir aos acadêmicos uma formação específica para a investigação científica, de modo processual e gradativo.

Ainda que contemplada de forma específica nas disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica, a pesquisa sobre a ação educativa deve ser tomada como objeto de reflexão ao longo de todo o curso, em todas as demais disciplinas. A pesquisa é entendida, portanto, como prática individual e coletiva, conforme apontam Pimenta e Anastasiou (2005, p. 199):

[...] possibilita a construção de um pensar compartilhado sobre nossas próprias incertezas e dificuldades. Possibilita e exige distanciamento e análise das ações executadas e das ocorrências efetivadas à luz dos (quase sempre imprevistos) resultados. Dá voz ao professor como autor e ator. Favorece uma autocrítica extremamente salutar. Reconstrói a teoria existente. Permite esvaziar os aspectos e ações imediatistas, levando a construção de uma teoria emancipatória [...].



Dessa forma, é imprescindível na formação do/a pedagogo/a um olhar mais atento para o atual contexto social e educacional, no sentido de desenvolver pesquisas que permitam ao profissional comprometer-se com a transformação da educação e assumir os desafios da educação contemporânea. A pesquisa oportuniza aos acadêmicos compreender o contexto social mais amplo, o papel da educação nesse contexto, a importância da ação coletiva e o compromisso dos educadores na promoção de mudanças efetivas. É essencial que os educadores se manifestem contra as desigualdades e injustiças sociais, dentro e fora das escolas, trabalhando, ao mesmo tempo, para oportunizar aos acadêmicos uma formação humana emancipatória.

c) Gestão democrática como base para a organização do trabalho pedagógico

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPG, nas diferentes atividades formativas, está alicerçado na formação de um pedagogo que seja capaz de concretizar em sua prática a gestão democrática da escola e do sistema educacional como um todo, o que implica a ampliação dos espaços de participação dos educadores nas instituições e nas decisões educacionais mais amplas.

A participação é fundamental para a construção do projeto educacional. Parte do sentimento de vinculação das pessoas com relação ao espaço que desejam influenciar a partir de suas compreensões, capacidades, decisões e trabalho coletivo. Pressupõe, portanto, o envolvimento dos sujeitos nos processos decisórios e o conhecimento da dinâmica interna à escola (seus objetivos e pressupostos pedagógicos, estrutura organizacional, financiamento, entre outros). Isso significa que os educadores, pais, mães, responsáveis, alunos, representantes da comunidade e da sociedade civil organizada e outros cidadãos têm o direito de estar informados e de participar criticamente na elaboração e execução das políticas e programas escolares/educacionais. Da mesma forma, nas salas de aula os alunos e professores devem estar envolvidos no planejamento cooperativo em torno de um currículo democrático, que enfatize o acesso do aluno a um amplo leque de conhecimentos e ao direito de ter ideias diferentes e de ser ouvido.

A gestão democrática requer a vivência cotidiana dos princípios democráticos de colaboração, solidariedade, noção de coletividade, livre fluxo de ideias, entre outros (APPLE; BEANE, 1997). Refere-se à possibilidade de que as decisões que envolvem o projeto educativo sejam tomadas por todos, contemplando a diversidade de crenças, valores e necessidades num movimento de participação democrática capaz de levar toda a comunidade escolar a atuar de modo identificável, coerente e corresponsável com o que ajudou a decidir.

Há que se considerar, ainda, que gerir democraticamente uma escola ou outra instituição de cunho educativo envolve tensões e contradições, uma vez que a constituição dos diferentes sujeitos coletivos abrange o conflito entre as partes e a consequente diversidade de percepções e concepções.

Portanto, o conflito se constitui no ponto de partida para a construção das propostas pedagógicas; tomado numa perspectiva crítica, permite descortinar dificuldades, contradições e desenvolver uma visão mais abrangente, articulada e objetiva da realidade, com tomada reflexiva de decisões.

Na formação do pedagogo, a gestão democrática é defendida como base para organização do trabalho pedagógico e como instrumento de transformação das práticas escolares educacionais como um todo.

3.2 Justificativa



Considerando que:

- o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPG, desde 1962, na modalidade presencial e desde 2009, com a modalidade à distância, forma docentes-pedagogos para a atuação em redes de ensino (público e privadas) de Ponta Grossa e região;
- há demanda das escolas públicas e privadas para a atuação de docentes na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e de pedagogos/as para atuação na Educação Básica, bem como em espaços de educação não formal;
- o papel das universidades públicas na formação de pedagogos com sólida formação teórico-prática e compromisso com a efetivação da educação pública de qualidade social;
- a existência de um corpo docente altamente qualificado e comprometido com a práxis educativa;
- o referido Projeto atende as normativas do Conselho Nacional de Educação (CNE), bem como as normativas institucionais;

Justifica-se o presente Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, na modalidade EaD.

3.3 Objetivos

OBJETIVO GERAL

O Curso de Pedagogia da UEPG, na modalidade EaD, tem como objetivo oferecer a formação inicial de pedagogos e pedagogas para o exercício da docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de nível médio, na organização e gestão de instituições de ensino da Educação Básica e sistemas, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, conforme expresso nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Formar pedagogos e pedagogas para:

- Pautar suas ações na ética e compromisso, profissional e humano, como forma de favorecer uma educação de qualidade, equânime e inclusiva.
- Atuar na docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, compreendendo o seu papel na formação dos estudantes da Educação Básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria.
- Atuar nos processos de gestão em instituições escolares, coordenar o pedagógico e atuar na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico.
- Atuar na elaboração, planejamento, acompanhamento e avaliação de projetos e programas educacionais em diferentes instituições escolares e não-escolares.
- Desenvolver, por meio de projetos de pesquisa e extensão na graduação, um olhar investigativo e uma atitude propositiva mediante os desafios da atuação profissional, de modo a realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre a realidade sociocultural, os processos de ensinar e de aprender, as propostas curriculares e a organização do trabalho pedagógico.

3.4 Perfil Profissional do Egresso

No delineamento do perfil do profissional graduado no Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPG, da modalidade EaD, toma-se por base o que orientam as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Pedagogia* (BRASIL, 2006) e demais documentos que referenciam a constituição do curso, enquanto uma licenciatura que forma a pedagoga e o pedagogo para o exercício de suas atividades profissionais da docência, gestão, produção e difusão de conhecimentos. Neste sentido, assenta-se no pressuposto de que o egresso deve pautar sua atuação na ética e na responsabilidade social, para a construção de uma sociedade democrática, inclusiva, justa e solidária.



A formação oferecida prevê que as pedagogas e pedagogos formados estarão aptos ao exercício da docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006).

Em sua atuação, o egresso do curso de Pedagogia da UEPG terá condições de agir tomando como referência a pluralidade de conhecimentos teórico-práticos e informações adquiridas ao longo da formação inicial e que se consolidará ao largo do exercício profissional e na constante busca pela formação continuada.

Neste sentido, o perfil de egresso está pautado na promoção da aprendizagem em espaços escolares e não-escolares; reconhecimento e respeito à diversidade dos/as estudantes; ensino dos conteúdos escolares de maneira interdisciplinar; trabalho em equipe; participação na gestão escolar e educacional; estudo, pesquisa e produção de conhecimento e atendimento às especificidades da educação indígena e quilombola (BRASIL, 2006).

Em consonância com a Resolução 02/2019 (BRASIL, 2019), o curso segue os princípios da BNCC-Educação Básica e contempla os aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional da formação discente em sua integralidade. Também contempla as três dimensões das competências específicas, a saber: conhecimento profissional; prática profissional; e, engajamento profissional. De acordo com o documento, conhecimento profissional diz respeito ao conhecimento dos conteúdos escolares, como ensiná-los e como são aprendidos, contextos dos estudantes e sistemas educacionais. A prática profissional envolve planejamento do ensino e avaliação de aprendizagem. Por fim, o engajamento profissional, relacionado ao compromisso com o desenvolvimento profissional, aprendizagem dos estudantes, atuar no projeto pedagógico da escola, na construção de valores democráticos e na comunidade escolar.

Desta forma, o perfil que se espera ao final do curso é de profissionais que atuem de forma crítica e responsável, comprometidas e comprometidos com a educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada, quer no âmbito da docência na Educação infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental em suas diferentes modalidades, nas disciplinas pedagógicas de curso de formação em nível médio e na gestão e organização do trabalho pedagógico.

3.5 Campos de Atuação

O Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade EaD, se propõe à formação inicial de pedagogos(as) para o exercício da docência na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e nas funções de gestão e de suporte pedagógico das instituições escolares em diversas etapas e modalidades da Educação Básica, bem como no planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas no contexto escolar e não escolar.

Na trajetória formativa dos(as) discentes, o curso se pauta na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, oferece experiências de estudos, estágios curriculares e estágios não obrigatórios e de Extensão, eventos formativos, dentre outros.

De acordo com relatos dos(as) egressos(as), após a conclusão do curso, puderam se inserir em Programas de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva; atuarem como docentes nas redes municipal e estadual de ensino em sala de aula comum e nas salas de recursos multifuncionais, coordenadores pedagógicos e diretores escolares, apoio pedagógico e demais cargos em secretarias municipais de educação, pedagogos(as) em Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), além da atuação em outras instituições de assistência social. Essas possibilidades de atuação apontam para a amplitude de campos de inserção profissional, bem como, da capacidade e qualidade que o curso oferece aos discentes.



Assim, o campo de atuação em que o egresso do Curso de Licenciatura Pedagogia, modalidade a distância, poderá atuar depois de formado são: professor na educação básica, considerando a unicodência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a educação profissionalizante nos cursos de formação de professores a nível médio e Gestores escolares em diferentes etapas do processo escolar.

3.6 Integração Graduação e Pós-Graduação

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO E DOUTORADO (PPGE)

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) iniciou suas atividades no ano de 1994, com a implantação do Mestrado em Educação. A criação do Curso de Mestrado possibilitou a consolidação da pesquisa e o aumento da produção científica na área de Educação e formação de professores, uma das áreas pioneiras da UEPG, uma vez que os Cursos de Pedagogia, Letras, Geografia e Matemática integravam a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) fundamenta-se nos seguintes objetivos:

- Subsidiar a formação de pesquisadores capazes de analisar situações educacionais e de intervir na sociedade;
- Contribuir para a democratização da educação brasileira, por meio do aprofundamento de estudos, do desenvolvimento de pesquisas e da produção de conhecimentos que concorram para o avanço das políticas educacionais, do saber e do fazer educativos;
- Criar condições favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa e à análise teórica do fenômeno educativo em suas múltiplas dimensões;
- Constituir uma instância de reflexão crítica e coletiva sobre práticas e teorias pedagógicas;
- Pesquisar sobre a educação, com a finalidade de contribuir para o aprimoramento do padrão científico e didático da universidade, de outras instituições de ensino e do sistema educacional.

Destaca-se o compromisso e objetivos do PPGE em formar pesquisadores e contribuir para a formação de profissionais na área da Educação e, por isso, a importância da articulação com o curso de Pedagogia, estreitando os objetivos em comum. Desde a formação inicial, na Pedagogia, entende-se a pesquisa como um processo imprescindível ao profissional da educação, articulada aos Núcleos e Grupos de Pesquisa, bem como ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*.

Os docentes do PPGE, que atuam no curso de Pedagogia, estão vinculados aos Departamentos de Educação (DEED) e/ou de Pedagogia (DEPED), em um vasto campo de atuação, pois: a) atuam como professores de disciplinas e/ou de Estágio e Prática de Ensino; b) orientam trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); c) orientam projetos de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC); d) coordenam e/ou participam de projetos, como o PIBID e Residência Pedagógica, voltados às Licenciaturas; e) desenvolvem e publicam produções referentes à área de atuação; f) estabelecem parcerias com instituições de ensino e instâncias educacionais, como a Secretaria Municipal de Educação, no desenvolvimento de projetos de extensão; g) participam de instâncias, como Colegiados de Curso; h) elaboram disciplinas e produzem materiais didáticos para Cursos de Licenciatura a distância; e i) organizam e desenvolvem eventos científicos.

O desafio dos docentes do PPGE é garantir que sua atuação na Graduação esteja articulada às atividades de pesquisa e docência na Pós-Graduação. Os mestrandos, doutorandos e alunos de Iniciação Científica participam de atividades conjuntas nos Grupos e/ou projetos de Pesquisa.

Diante da ampliação da demanda dos Cursos de Graduação a distância, alguns mestrandos advêm dessa modalidade de ensino e se envolvem em atividades remuneradas



de tutoria e na produção de materiais didático-pedagógicos. Além de se constituir em uma oportunidade de trabalho, essas atividades têm permitido maior aproximação entre a Pós-Graduação e a Graduação em Pedagogia, nas modalidades presencial e a distância.

A articulação da Pós-Graduação com a Iniciação Científica (IC) destaca-se pela possibilidade de Mestrandos e Doutorandos atuarem como coorientadores de alunos da Graduação, além de participarem como coordenadores de sessão dos encontros anuais de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O estágio de docência no Ensino Superior é parte integrante da formação do pós-graduando, objetivando a preparação e a qualificação para o ensino na Graduação. Decorrente da forte inserção dos professores dos Departamentos de Educação e de Pedagogia no PPGE, os alunos regulares realizam os estágios no curso de Pedagogia acompanhados pelos seus professores orientadores, e com isso promovem a articulação e o fortalecimento da pesquisa em consonância com a prática docente.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM REDE NACIONAL (PROFEI)

O movimento pela Educação Inclusiva tem ganhado força em âmbito nacional, uma vez que a legislação brasileira garante a matrícula compulsória de crianças e jovens com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação em todos os níveis e modalidades de ensino.

A educação brasileira tem como meta que a escola básica se torne mais inclusiva, aprendendo a valorizar as diferenças culturais, sociais, físicas, religiosas, raciais e as formas diferenciadas de aprendizagem de cada estudante, proporcionando um novo fazer pedagógico para os educadores. Mas, para que isso ocorra é necessário investir na formação docente, uma formação articulada com a necessidade de que a escola crie uma cultura inclusiva com ações concretas e planejadas. Os profissionais precisam envolver-se em um projeto coletivo, que passa por uma reformulação do espaço escolar como um todo, desde o espaço físico, a dinâmica e manejo de sala de aula, passando por currículo, metodologia e estratégia de ensino, formas e critérios de avaliação.

Foi neste sentido, que o PROFEI começou a ser desenvolvido, como um programa que traz uma contribuição para o desenvolvimento da qualidade da educação básica, desenvolvendo-se a partir dos seguintes princípios:

- articulação integrada da formação com o exercício profissional mediante estudos científicos voltados à busca de soluções para problemas concretos, à produção técnico-científica na pesquisa aplicada, à geração e aplicação de processos de inovação relacionados à integração de diferentes tecnologias ao currículo;
- contextos de formação de professores que permitam superar o problema da fragmentação entre a produção de conhecimento e a prática educativa;
- abordagem de formação construcionista, contextualizada e significativa (CCS), por meio da reflexão e articulação entre a teoria e a prática, dos aspectos tecnológicos e educacionais, do uso de novas mídias na realidade de atuação dos profissionais, que se configuram como campos de estudo, investigação e transformação.

O Mestrado Profissional em Educação Inclusiva possui como objetivo principal oferecer formação continuada e em serviço para professores pesquisadores da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio para que aprimorem seu repertório de conhecimentos e saberes, podendo promover o desenvolvimento dos Estudantes Público-Alvo da Educação Especial - EPAEE no contexto escolar, garantindo possibilidades para a inclusão desses estudantes.

Entre os objetivos específicos, estão:

- Difundir o conceito de educação inclusiva, o qual garante o direito de educação para todos;



- Conhecer e analisar os principais documentos legais e diretrizes que garantem o atendimento e a inclusão dos EPAEE;
- Compreender o Projeto Pedagógico como elemento norteador das ações político-pedagógicas da escola inclusiva que se pretende;
- Elaborar e desenvolver ações colaborativas na unidade escolar com o apoio do professor especializado, tendo como foco o Projeto Pedagógico inclusivo.

Neste norte, a articulação com a graduação se dá por meio da atuação dos professores do Departamento de Educação e do Departamento de Pedagogia tanto no PROFEI como na graduação em Licenciatura Pedagogia, buscando disseminar os princípios da Educação Inclusiva, promovendo discussões e práticas pedagógicas e extensionistas voltadas a inclusão educacional e ainda:

- a) na possibilidade de participação dos acadêmicos em grupos de estudos e pesquisas vinculados ao PROFEI, voltadas a Educação Inclusiva, como: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas, envelhecimento, direitos humanos e inclusão – NEPEDHI; Grupo de Estudo e Pesquisa em Processos de Aprendizagem GEP-ProA; Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz; Avaliação da qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho; Robótica Educacional utilizando Plataforma Aberta; Artes Visuais, Educação e Cultura; Movimentos sociais, educação do campo e práticas pedagógicas; e Política Social e Educação Inclusiva;
- b) na atuação dos docentes nas disciplinas da área dos Fundamentos da Educação, Política Educacional, Psicologia da Educação, Processos de Aprendizagem e Dificuldades escolares, Educação Especial e Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos, Educação no/do Campo e Educação, Cidadania e Diversidade,
- c) na coordenação de linhas e projetos de pesquisas, como: Projeto Políticas Públicas e educação permanente de jovens, adultos e idosos: práticas pedagógicas nos espaços educativos formais e informais; A expansão da educação pública na Primeira República; Educação inclusiva e processos de aprendizagem na Adolescência; Organização dos serviços de apoio aos acadêmicos das universidades estaduais do país; Políticas para a Educação Inclusiva no Ensino Superior e na orientação de projetos de pesquisa de iniciação científica (PIBIC/BIC);
- d) na coordenação de projetos e programas extensionistas como: Universidade Aberta para a Terceira Idade; LALUPE- Laboratório Lúdico Pedagógico; Proa - Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem; Educação, Saúde e Cidadania; PEP-Proa - Programa de Extensão e Pesquisa em Processos de Aprendizagem e orientam programas de iniciação extensionista (PIBEX/PIBIS) vinculados aos seus projetos, notoriamente envolvendo acadêmicos do Curso de Pedagogia;
- e) na orientação de trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) nas suas áreas de atuação e estudo;
- e) na divulgação dos resultados de produções conjuntas com os acadêmicos em publicações e eventos da área;
- f) no estabelecimento de parcerias com redes de ensino como Núcleo Regional de Ponta Grossa, Secretaria de Estado da Educação-SEED, Secretaria Municipal de Educação de diversos Municípios do Estado do Paraná e demais Estados brasileiros para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão e inserção dos acadêmicos;
- g) na participação de representações no Conselho Municipal de Educação, Conselho de Monitoramento da Educação Básica e Colegiados de Curso na graduação e pós-graduação e defendem a formação e atuação do Pedagogo nas diversas instâncias;
- h) na elaboração de disciplinas e produção de materiais didáticos para Cursos de Licenciatura a distância;
- i) na organização, participação e incentivo aos acadêmicos para se envolverem em eventos científicos.

Em suma, as ações do PROFEI sempre consideram a inserção e a articulação com a graduação, com o compromisso de estabelecer a perspectiva da Educação Inclusiva desde



a formação inicial, tendo em vista a realidade educacional em que os futuros pedagogos serão inseridos. Por isso, a importância de abordar e sistematizar conhecimentos do campo durante todo o percurso do curso. É necessário formar numa perspectiva inclusiva.

3.7 Mobilidade acadêmica e internacionalização

O Curso de Pedagogia, na modalidade EaD, da UEPG toma como referência o Plano de Desenvolvimento Institucional desta instituição no incentivo à uma formação docente com vistas à possibilidade de mobilidade estudantil a partir de acordos nacionais e internacionais. A mobilidade acadêmica associada a uma perspectiva de internacionalização do ensino, a qual segundo Morosini (2006, p. 97) é entendida como o “esforço sistemático para tornar o ensino superior mais sensível às demandas e desafios relacionados à globalização da sociedade, economia e mercado de trabalho. É a análise da Educação Superior na perspectiva internacional”. Por meio da internacionalização da educação superior, além do processo formativo realizado integram-se um conjunto de vivências culturais e pessoais associadas a um contexto internacional que possibilita ao discente em mobilidade estudantil a troca de conhecimentos e novas aprendizagens, não apenas quanto ao conhecimento científico mas a outras realidades e conjunturas.

Toma-se como referência ainda, a estratégia 12.12 da meta 12 do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014): “consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior” (BRASIL, 2014).

O Acordo Específico de Cooperação entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Universidade Aberta de Portugal, iniciado em 2011 e renovado em 2020 é um dos exemplos de internacionalização da educação superior no Curso de Pedagogia. Ele objetiva definir os procedimentos no âmbito das atividades de mobilidade virtual (MV) de estudantes entre as duas instituições e vai ao encontro da Política de Internacionalização definida por esta instituição em 2018.

A internacionalização também se refere a uma ação de responsabilidade social deste curso com vistas a ampliar “interfaces com diferentes culturas e espaços institucionais, nos contextos locais, regionais, nacionais e internacionais” (PDI, 2022, p. 104). Morosini (2006) destaca ainda que, por meio desta estratégia formativa a partir das relações entre nações e instituições, para além de uma perspectiva de homogeneização encontra-se uma interação entre culturas, elemento crucial, em um curso que se dispõe a um viés formativo crítico, humanista e reflexivo.

3.8 Extensão como Componente Curricular⁵

Tendo em vista o disposto na meta 12, estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação – Lei No 13.005, de 25 de junho de 2014 –, que determina a curricularização da extensão, a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as diretrizes sobre a curricularização, bem como as indicações expressas na Resolução CEPE 06/2020, de 27 de março de 2020, registramos aspectos significativos sobre a extensão universitária que passa a compor o currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade Ead.

Historicamente, os licenciandos em Pedagogia – modalidade Ead, participam de eventos extensionistas que propiciam um contato com a extensão universitária, entretanto não permitem a necessária interação dialogal com a comunidade de maneira permanente, constante.

Mediante este registro, nos dedicamos à compreensão da extensão universitária no curso de licenciatura em Pedagogia, dialogando com o disposto na Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a

⁵ Dados e autores retirados do texto:

ZANON, Denise Puglia. O processo de curricularização da extensão universitária na formação de licenciandos na UEPG. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2022.



Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), especialmente no que diz respeito ao disposto no artigo 6º, inciso V, destacando-se: V - a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes; (BRASIL, 2020, p.3).

A indissociabilidade entre os três elementos que compõem o tripé universitário, constituem-se objeto de discussão no processo de reformulação do curso de licenciatura em Pedagogia, pois é um desafio que se impõe na formação de professores. Considerando o fato de que a extensão é parte inerente ao ensino e à pesquisa (BOTOMÉ, 1996) e no que respeita à curriculização da extensão, há que se ter clareza sobre as concepções de ensino, pesquisa e extensão que serão assumidas, pois balizarão o processo de tomada de decisões acerca da formação dos licenciandos.

Outrossim, é pertinente compreendermos a extensão universitária como processo educativo, que pode potencializar relações com o ensino e a pesquisa, bem como, constituir-se em aprendizado participativo e democrático, preocupando-se com as questões sociais, e nesse sentido, a extensão vincula-se intimamente com o desenvolvimento da cidadania para seus participantes. (SÍVERES, 2013; JANTKE, CARO, 2013).

Para além dos aspectos suscitados sobre a extensão universitária, de acordo com Kocchan e Silva (2017), as práticas extensionistas desenvolvem-se a partir da epistemologia que lhes sustenta, sendo que na organização destas práticas, os professores assumem epistemologias distintas, dentre estas: da técnica, na qual há prevalência por diferentes técnicas, com ênfase na ação propriamente dita. Já na epistemologia da prática, valoriza-se o praticismo, com a dissociação da teoria, prática e criticidade e por fim, a epistemologia da práxis:

as questões históricas que se dão no movimento do real são consideradas, sendo estruturadas a partir da unidade entre teoria e prática, intencionando que, a partir das contradições, o conhecimento crítico e emancipado seja construído. É o movimento dialético nas práticas extensionistas que propicia aos acadêmicos e à comunidade externa uma formação em que o acesso ao conhecimento venha a contribuir para a emancipação mediante as condições concretas com as quais se depara. (ZANON, 2022, p. 113).

Mediante as reflexões acima expressas, é preciso que tenhamos o discernimento para nos desvincularmos do entendimento da extensão universitária como assistencialismo, transmissão de conhecimentos, com olhar voltado para a extensão como comunicação, que prima pelas relações dialógicas entre universidade e sociedade, na qual todos os sujeitos aprendem e constroem saberes. Considerando-se também, a função social da universidade em relação à comunidade, o compromisso que assume na formação de licenciandos. (FREIRE, 1969; CHAUI, 2003).

No que diz respeito à inserção da extensão universitária no currículo do Curso de Pedagogia – Ead, balizaram as discussões o disposto na Resolução 06.2020 – CEPE, UEPG, destacando-se o conteúdo do artigo 3º, parágrafo 1º:

São consideradas atividades de extensão curricular as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à Instituição, com a atuação conjunta de acadêmicos e professores, através de seus Cursos de Graduação, e a possibilidade de colaboração de técnicos administrativos, tutores da educação a distância, de pós-graduandos e estagiários de pós-doutorado. (UEPG, 2020, p.2).

Nesse sentido, a proposição de inserção de práticas extensionistas no curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade EaD, prevê que a cada semestre haja a oferta da disciplina denominada: “Prática extensionista”, que se estende desde o início, até o final do curso, propiciando aos estudantes espaço-tempo para as discussões e compreensões sobre a extensão universitária, desenvolvendo-se projetos e programas extensionistas, nos



quais os futuros professores possam participar ativamente, aproximando-se da comunidade em diferentes momentos, desenvolvendo práticas extensionistas que venham a contribuir com sua formação acadêmica, bem como com a comunidade.

Para que as ações sejam articuladas e coerentes com as demandas que advêm dos licenciandos e da comunidade, cada uma das disciplinas, desenvolverá o trabalho, sistematizando, as práticas extensionistas, privilegiando as diretrizes extensionistas, em busca da necessária indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Não se trata de uma disciplina desconexa da realidade e que apenas contemplará conceitos e saberes sobre a extensão universitária, mas que traga em suas proposições discussões, debates sobre temáticas que são afetas à formação do futuro profissional e que advêm da comunidade, dos diferentes segmentos da sociedade, tendo em vista que em cada polo de oferta do curso temos realidades distintas e que requerem o olhar sobre demandas que impactam na e sobre a vida da população.

São disciplinas que assumem o compromisso com práticas extensionistas na formação do licenciando, favorecendo a interlocução entre os diferentes componentes curriculares, o diálogo com a comunidade e proposições que venham a contribuir com a sociedade e que possam promover a transformação na formação dos futuros profissionais.

Compreendemos que nas práticas extensionistas a serem desenvolvidas no curso sejam observadas as normativas da UEPG – Resolução CEPE – 2020-6, bem como, as diretrizes do Fórum de Pró-reitores de Extensão Universitária, a saber: interação dialógica – universidade – comunidade; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; impacto na formação do estudante e impacto e transformação social. (FORPROEX, 2012).

O processo de curricularização da extensão no curso de licenciatura em Pedagogia Ead, se faz a partir do diálogo coletivo com a participação e envolvimento de professores e licenciandos em parceria com a comunidade, reconhecendo que as proposições iniciais serão desenvolvidas e terão ajustes, adequações por se tratar de uma proposição nova e que envolve encaminhamentos diversos e também uma concepção de extensão que se articule ao ensino e a pesquisa, concebendo

a extensão como práxis no sentido de que a reflexão e a ação se dão por meio da palavra, que se traduz pelo diálogo e pelo entendimento entre os atores sociais na universidade e na comunidade, deflagrando o processo de tomada de consciência sobre a realidade, as contradições que dela emergem com vistas à sua transformação que se efetiva na ação dos sujeitos. (ZANON, 2022).

Um caminho a ser trilhado coletivamente, para que de fato a formação no curso de licenciatura em Pedagogia, possamos contribuir com a formação dos profissionais e também redimensionarmos a prática pedagógica na docência universitária.

3.9 Flexibilização Curricular

A flexibilização curricular se dá por meio da oferta de um conjunto de disciplinas de diversificação e aprofundamento com objetivo de complementar a formação profissional. As disciplinas de diversificação são de caráter teórico-prático, de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos acadêmicos e consoantes com o projeto pedagógico do curso, as quais promovem a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. As disciplinas visam ampliar e diversificar a formação do acadêmico, por meio da interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, possibilitando o aprofundamento de estudos em áreas de interesse do aluno.

As disciplinas compreendem a carga horária de 405 horas ofertadas no decorrer do curso, de caráter obrigatório, a saber: Metodologia de pesquisa em Educação (1º ano), Educação das relações étnico-raciais (1º ano), Organização da prática pedagógica na Educação Infantil (2º ano), Trabalho e Educação (4º ano), Políticas e programas para a Educação Básica (4º ano), Educação de Jovens, Adultos e Idosos (4º ano). Além dessas disciplinas, no 4º ano do curso, poderão ser escolhidas duas disciplinas de 45 horas, sendo



as duas no segundo semestre, as quais os estudantes poderão optar dentre o conjunto ofertado.

O conjunto de disciplinas de diversificação ou aprofundamento de livre escolha é composto por quatorze disciplinas, a saber: Neurociências e Educação; Jogos, brincadeiras e inclusão; Educação, diversidade sexual e sexualidade humana; Educação, diversidade e cidadania; Educação em espaços não-formais; Direito Educacional; Psicologia da Adolescência; Psicologia, desenvolvimento e aprendizagem na primeira infância; Práticas educativas do/no campo; Violência e indisciplina na escola; Direção da unidade escolar; Avaliação em larga escala; Formação do professor unidocente da infância; Concepções e Práticas em Educação Infantil.

3.10 Prática como Componente Curricular

Ao pensar o perfil do pedagogo a ser constituído no Curso de Licenciatura em Pedagogia, da modalidade EaD, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, consideramos a prática como eixo mobilizador e articulador dos conhecimentos sobre a e na relação teoria-prática para a docência. Esses conhecimentos são elaborados a partir da tríade ensino-pesquisa-extensão; isto é: a prática compreendida como componente curricular integra os diversos espaços de aprendizagens no contexto do curso para nortear e aprofundar as atividades das disciplinas reconhecidas como articuladoras, as quais criam oportunidades de observação, problematização e reflexão no contexto escolar com desdobramentos formativos.

A prática, como componente curricular articulador, será desenvolvida ao longo do curso, num total de 400 horas (100h desenvolvidas nas disciplinas de Práticas Extensionistas), enfatizando a escola como campo de trabalho e estudo do gestor e do professor de Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Destacamos que a prática como componente articulador favorece o exercício da sistematização e da reflexão problematizadora sobre a complexidade dinâmica da realidade educativa observada.

O Parecer CNE/CP nº 28/2001 distingue a prática como componente curricular do estágio supervisionado:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (...) de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador. Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar. A prática, como componente curricular, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do ethos dos alunos. É fundamental que haja tempo e espaço para a prática, como componente curricular, desde o início do curso e que haja uma supervisão da instituição formadora como forma de apoio até mesmo à vista de uma avaliação de qualidade. (...) Por outro lado, é preciso



considerar um outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica: estágio curricular supervisionado de ensino entendido como o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio curricular supervisionado. Este é um momento de formação profissional do formando seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. Ele não é uma atividade facultativa sendo uma das condições para a obtenção da respectiva licença. Não se trata de uma atividade avulsa que angarie recursos para a sobrevivência do estudante ou que se aproveite dele como mão-de-obra barata e disfarçada. Ele é necessário como momento de preparação próxima em uma unidade de ensino. (...) Assim o estágio curricular supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico. Ao mesmo tempo, os sistemas de ensino devem propiciar às instituições formadoras a abertura de suas escolas de educação básica para o estágio curricular supervisionado. Esta abertura, considerado o regime de colaboração prescrito no Art. 211 da Constituição Federal, pode se dar por meio de um acordo entre instituição formadora, órgão executivo do sistema e unidade escolar acolhedora da presença de estagiários. Em contrapartida, os docentes em atuação nesta escola poderão receber alguma modalidade de formação continuada a partir da instituição formadora. Assim, nada impede que, no seu projeto pedagógico, em elaboração ou em revisão, a própria unidade escolar possa combinar com uma instituição formadora uma participação de caráter recíproco no campo do estágio curricular supervisionado (2001, p. 9-10).

Nessa direção, como vimos, a prática como componente curricular a ser efetivada ao longo do processo formativo não se confunde com o estágio supervisionado. O Parecer CNE/CES nº 15/2005 ratifica essa compreensão ao afirmar que

(...) a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso (2005, p.3).

De acordo com o Parecer CNE/CP nº 5/2005, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, os núcleos de estudos básicos, de aprofundamento e diversificação e de estudos integradores:

deverão proporcionar aos estudantes, concomitantemente, experiências cada vez mais complexas e abrangentes de construção de referências teórico-metodológicas próprias da docência, além de oportunizar a inserção na realidade social e laboral de sua área de formação. Por isso, as práticas deverão ocorrer ao longo do curso, desde seu início. (2005, p. 12).

Mais adiante, essa proposição é fortalecida, destacando-se a necessária integração teoria-prática:

Merece, igualmente, destaque a exigência de uma sólida formação teórico-prática e interdisciplinar do Licenciado em Pedagogia, a qual exigirá, conforme mencionado anteriormente, desde o início do curso, a familiarização com o exercício da docência e da organização e gestão pedagógica, a participação em pesquisas educacionais, as opções de aprofundamento de estudos e a realização de trabalhos que permitam ao graduando articular, em diferentes oportunidades, ideias e experiências,



explicitando reflexões, analisando e interpretando dados, fatos, situações, dialogando com os diferentes autores e teorias estudados. (2005, p. 13).

Em consonância com os pressupostos destacados, a Prática como componente curricular no curso de Pedagogia será assim constituída, numa perspectiva de unidade teoria-prática:

Pesquisa e Prática Pedagógica I	1º Ano	100h	sendo que dessas, 25h são destinadas às disciplinas de Práticas Extensionistas. O que resulta numa carga horária de 75h em PPPI.
Pesquisa e Prática Pedagógica II	2º Ano	100h	sendo que dessas, 25h são destinadas às disciplinas de Práticas Extensionistas. O que resulta numa carga horária de 75h em PPPII.
Pesquisa e Prática Pedagógica III	3º Ano	100h	sendo que dessas, 25h são destinadas às disciplinas de Práticas Extensionistas. O que resulta numa carga horária de 75h em PPPIII.
Pesquisa e Prática Pedagógica IV	4º Ano	100h	sendo que dessas, 25h são destinadas às disciplinas de Práticas Extensionistas. O que resulta numa carga horária de 75h em PPP IV.

DELINEAMENTO DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA I – 1º ANO

No 1º ano o processo de análise e compreensão do trabalho docente inicia-se com a aproximação do acadêmico com o seu campo de estudo e trabalho, numa perspectiva investigativa. Serão priorizadas a observação e a problematização da Educação Infantil, no sentido de apreender questões sobre sua função e organização. Nesse âmbito, serão direcionados alguns eixos de análise: função social da Educação Infantil; projeto político-pedagógico; organização do trabalho pedagógico; organização curricular; significado do conhecimento escolar; aspectos estruturais e organizacionais; formação dos profissionais da escola; o entorno escolar; as novas demandas da realidade escolar/social.

A atividade de inserção no espaço escolar tem como proposição a reflexão sobre o significado da relação teoria-prática, a fim de romper com o ranço dicotômico recorrente no discurso de formação do Pedagogo. Nesse sentido, destacamos os principais objetivos:

- Favorecer a aproximação do acadêmico com a escola como espaço de exercício profissional e como objeto de estudo/pesquisa.
- Desencadear a problematização da prática educativa escolar, com vistas aos projetos de investigação a serem desenvolvidos durante o curso.
- Promover a análise da prática educativa escolar em suas diferentes dimensões, favorecendo a articulação com os referenciais teóricos e demais disciplinas da série.
- Orientar a compreensão da teoria no contexto da prática pedagógica, nas suas dimensões de docência e gestão.
- Articular as formulações realizadas com a disciplina de Metodologia da Pesquisa, no sentido desta oferecer instrumental para os processos de observação e problematização da prática educativa escolar.

Para isso, há estudos e discussões de artigos e capítulos de livros que contribuem com a articulação com a disciplina de Práticas Extensionistas I e II, em parceria com a comunidade escolar do contexto específico, viabilizando a curricularização da extensão desde o primeiro ano de curso. Essa atividade extensionista possibilita, além de, potencializar as discussões problematizadoras entre os acadêmicos do Curso de Pedagogia sobre a prática educativa escolar, contribuir com formação continuada dos profissionais e/ou intervenções no campo de inserção a partir dos estudos disciplinares da série, bem como



estabelecer importantes relações entre as leituras, compreensão do Projeto Político Pedagógico e as observações da dinâmica escolar e em sala de aula.

Há grande investimento para que os acadêmicos articulem as observações que conseguiram sistematizar durante a inserção aos conteúdos estudados na série com o intento de aproximá-los da compreensão da função social da escola, das relações sociais presentes no contexto escolar e em seu entorno. Nesse exercício, os estudantes iniciam um processo relacional entre as disciplinas Pesquisa e Prática Pedagógica I e Gestão Escolar, por exemplo.

Com as condições teórico-metodológicas criadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem e junto às observações do cotidiano escolar para aproximar os(as) acadêmicos(as) dos conteúdos relativos à organização do trabalho pedagógico na instituição responsável pela Educação Infantil, os acadêmicos conseguem destacar importantes relações estabelecidas com as disciplinas de Ludicidade, Corpo em movimento e Arte, Psicologia da Educação, Didática.

É nesse cenário de estudos e indagações norteadoras para organizar pensamentos e reflexões sistematizados que os futuros pedagogos são convidados a problematizar as práticas educativas escolares observadas no contexto da Educação Infantil. Esse convite tem como fito aprofundar as leituras, tornando-as mais específicas para que colaborem com a formulação de uma questão e ensaios de possíveis respostas por parte dos acadêmicos no percurso do primeiro ano e, assim, retornar ao contexto de inserção e partilhar descobertas que possam contribuir com o cotidiano da comunidade escolar. Por fim, o intento é que a disciplina possa despertar para o exercício investigativo que terá continuidade nas demais séries do Curso, culminando com a elaboração do Projeto de Pesquisa e, por fim, no Trabalho de Conclusão de Curso.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA II – 2º ANO

O objetivo desta disciplina é um trabalho de estudo, reflexão e análise sobre a prática pedagógica na perspectiva da pesquisa e da produção do conhecimento. A partir da problematização a ser realizada no contexto escolar, tem-se um mapeamento de questões que exigem novas compreensões e uma postura investigativa no âmbito do curso. Dessa forma, a prática impulsiona alunos e professores a buscarem novos conhecimentos, numa relação com o conhecimento científico abordado nas disciplinas componentes do curso, as quais, como teoria, instrumentalizam, oferecem suporte para a compreensão da prática e contribuem para avanços na educação. Tal movimento se faz num processo de contraste, ora de integração, ora de negação entre atividade teórica e atividade prática, elementos constitutivos da “práxis”, entendida como ação transformadora.

Espera-se, nesse contexto, relacionar as questões já disponíveis sobre a função e organização da escola, articulando-as aos processos de ensinar e aprender na sala de aula, nas suas dimensões filosóficas, sociológicas, culturais, psicológicas, políticas, organizacionais e didáticas.

Dentre os objetivos da disciplina destaca-se o de oportunizar a aproximação do aluno com a escola/sala de aula dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – espaço da atividade docente e objeto de pesquisa. Por meio da inserção no contexto escolar a disciplina visa estabelecer articulação entre as observações, problematizações e formulações realizadas sobre o cotidiano da sala de aula.

Por meio de seminários integradores e reflexões em sala de aula virtual serão oportunizados espaços de articulação entre os conhecimentos das disciplinas componentes do curso (conteúdos teóricos de referência), os processos de ensinar e aprender na escola e as práticas de gestão na perspectiva da pesquisa.

Em função dos citados objetivos, os alunos continuarão a sua inserção na Educação Básica, no segmento dos Anos Iniciais, aprofundando as problematizações e trazendo à tona temas que constituem a prática pedagógica. O diagnóstico e os estudos realizados na 1ª e nas 2ª séries do curso serão balizadores de questões a serem abordadas e vivenciadas



nos Estágios na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como para as ações extensionistas articuladas nas disciplinas Práticas Extensionistas III e IV e aos projetos de extensão vinculados ao curso.

A perspectiva da pesquisa aponta para a necessidade de um trabalho coletivo entre os professores do curso e as escolas em que se realizará a prática dos alunos. Para tanto, serão realizados fóruns interativos, via google meet, oportunizando a integração entre os professores tutores e acadêmicos(as) e a análise multi e interdisciplinar sobre as temáticas emergentes, auxiliando os alunos no exercício de construção do projeto de pesquisa que será elaborado na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica III.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA III – 3º ANO

Numa perspectiva de continuidade da formação profissional é imprescindível manter os vínculos com as problematizações, referenciais teóricos, reflexões e análises realizadas ao longo do curso, garantindo-se o movimento teórico-prático. Dessa maneira, o percurso de formação avança na direção da elaboração do projeto de pesquisa. O objetivo é que haja um avanço no processo de investigação científica, sem perder de vista a compreensão e a interpretação dos processos de ensinar e aprender na escola e suas relações com os contextos mais amplos.

Assim, a partir da contínua problematização, do debate de situações contextualizadas nas disciplinas de PPP I e PPP II, do estágio e nos demais componentes curriculares, das referências teórico-pedagógicas já incorporadas pelo estudo nas disciplinas anteriores, o acadêmico terá elementos para elaborar o projeto de pesquisa. Nesse enfoque, busca-se também uma relação entre a experiência já vivenciada pelo aluno, dos conhecimentos pedagógicos (conjunto de conhecimentos produzidos pelas ciências da educação) e dos conhecimentos específicos das áreas do ensino, sempre na relação com as necessidades e desafios do trabalho docente.

Nesse contexto será fundamental o contato, o conhecimento e a análise de pesquisas já realizadas em educação, oportunizando ao aluno ampliar seu referencial e repertório sobre a investigação da prática educativa escolar, bem como sobre processos de coleta, análise e tratamento de dados.

Assim, esse conjunto de processos estará em movimento durante a elaboração do projeto de pesquisa, que será desenvolvido efetivamente no 4º ano, incorporando toda uma trajetória construída no contexto do curso.

Portanto, a disciplina volta-se para a análise sobre concepções e métodos de pesquisa em educação. Num processo contínuo e de construção possibilita orientar e acompanhar os acadêmicos na elaboração do projeto de pesquisa. Para tanto deverá possibilitar a leitura, a interpretação e a compreensão dos diferentes enfoques da pesquisa educacional.

Por meio da análise de situações contextualizadas na prática educativa escolar, nas dimensões filosóficas, políticas, sociais, culturais, organizacionais, sociológicas, psicológicas, didáticas e metodológicas de forma a favorecer a definição/delimitação de temas de investigação pertinentes a área de formação no curso. Além de possibilitar o compartilhamento de estudos e as investigações na área de educação, deverá estimular a produção e a socialização do conhecimento científico em educação.

As ações extensionistas estarão relacionadas às disciplinas de fundamentos teórico-metodológicos e estágios articulados às disciplinas de Práticas Extensionistas V e VI e aos projetos de extensão vinculados ao curso.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA IV – 4º ANO

No quarto ano do curso, objetiva-se articular conhecimentos, vivências e práticas pedagógicas relacionadas à gestão escolar e à docência de forma crítica. O fio condutor da disciplina pauta-se em compreender a docência e a gestão na relação teórico-prática, fundamentada numa ação pedagógica intencional, multidimensional e intercultural.



O trabalho pressupõe diálogos com as disciplinas do curso e temas educacionais emergentes presentes no cenário nacional e internacional, com ênfase nas seguintes dimensões interconectadas: cognitiva, pedagógica, social, cultural, política, econômica, socioemocional e comportamental.

A disciplina caracteriza-se como espaço de problematização, reflexão e ação, de forma a privilegiar momentos de sistematização e síntese da práxis pedagógica, fundamentada em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. Nesse sentido, destacamos os principais objetivos:

- Compreender o trabalho docente e a gestão escolar, utilizando-se de subsídios teóricos e práticos, oriundos das demais disciplinas curriculares do Curso de Pedagogia e de temas emergentes desse contexto;
- Refletir sobre as possibilidades e os limites de atuação da coordenação pedagógica e dos docentes face aos atuais encaminhamentos das políticas educacionais;
- Reconhecer as áreas de abrangência e atuação profissional do pedagogo, enquanto ação mediadora que articula o trabalho da escola e dos professores a partir do projeto político pedagógico;
- Assumir postura de pedagogo pesquisador da própria prática e da ação educacional vigente no campo de estágio;
- Promover uma postura ética em relação aos temas emergentes no contexto nacional e internacional, sobretudo, ligados à diversidade e à inclusão.
- Exercitar o diálogo intercultural, a resolução de conflitos e a cooperação;
- Promover reflexões sobre a dimensão socioemocional, articulando a processos de autoformação, autocrítica e capacidade para lidar com elas.

Para atender esses objetivos, promover-se-á diálogos e reflexões sobre a atuação do pedagogo(a), com base em seminários temáticos com convidados externos, estudos teóricos e discussões coletivas a respeito das temáticas emergentes; apresentações de experiências; estudos de casos de ensino e resolução de problemas, baseados tanto na literatura quanto nas vivências dos estágios supervisionados e das atividades propostas por meio das disciplinas de Práticas Extensionistas I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, articuladas à curricularização da extensão. Dessa forma, oportunizar-se-á à construção coletiva e individual de conceitos e possibilidades de intervenção no que tange o trabalho do professor e coordenador(a) pedagógico(a).

Em síntese, essa disciplina promove a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. No que diz respeito à pesquisa, ressalta-se o compromisso com uma postura investigativa, sobretudo no que se refere à própria prática e à produção do conhecimento científico. A relação entre PPP e as oito disciplinas de Práticas Extensionistas efetiva a integração entre os diálogos e sínteses realizadas na universidade com as vivências e experiências nas escolas. Dessa articulação emergem reflexões críticas e propostas de intervenção na realidade escolar. Essa tríade viabiliza uma sólida formação teórico-prática e engajamento ético e solidário acerca dos temas emergentes da educação brasileira e do cenário internacional.

3.11 Atendimento aos Temas Transversais

Os temas transversais contemplados no presente projeto pedagógico foram definidos de modo a assegurar o cumprimento da legislação, bem como problematizar conteúdos específicos que contribuam para a formação profissional e para o exercício da docência.

Dentre os temas contemplados neste projeto destacam-se:

TEMAS	MARCO LEGAL
Libras	Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras



	providências
Meio Ambiente	Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
Relações Étnico-raciais	Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (abordando cultura africana, afrobrasileira e indígena)
Direitos Humanos	Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

A disciplina de Libras é ofertada como obrigatória na organização curricular do curso, no 1º ano. Os temas relativos à educação ambiental são tratados na disciplina Fundamentos Teórico-Methodológicos das Ciências Naturais, ofertada no 3º ano do curso. Os temas relativos às questões étnico-raciais e aos direitos humanos são contemplados na Disciplina de Educação das Relações Étnico-raciais, ofertada no 1º ano do curso.

4. AVALIAÇÃO

4.1 Avaliação do Curso

O Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância, tem solicitado, ao final de cada disciplina, que os estudantes preencham uma avaliação do processo educativo vivenciado. Nessa proposta há dezesseis (16) questões objetivas e duas (2) dissertativas. Todas as questões foram formuladas pelo Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância da UEPG (NUTEAD), que subsidia e apoia os cursos de graduação a distância na UEPG.

Na observação das avaliações realizadas pelos(a) acadêmicos(as) que ingressaram em 2020, (a Entrada 7 que iniciou em fevereiro de 2020 e cursa, hoje, o oitavo semestre; e a Entrada 8, com início em agosto de 2020 e, atualmente, está no sétimo semestre do curso) precisamos considerar as vivências na pandemia do Covid-19. Esta situação causou aos discentes a falta de equipamentos, de acesso adequado à internet e de familiaridade com as plataformas digitais, a desorganização da vida familiar no âmbito financeiro e profissional, afetivo e social, e essas questões influenciaram diretamente a condução dos estudos de sua formação acadêmica.

Considerando isso e o total de 105 pesquisas respondidas, apresentamos a seguir os resultados obtidos no processo avaliativo realizado, por meio do questionário em cada disciplina cursada.

De que maneira o conteúdo da disciplina está organizado para atender os objetivos propostos:

MUITO BOM	32,7%
BOM	63,2%
RAZOÁVEL	0%
INSATISFATÓRIO	4,1%
DESCONHEÇO	0%

As informações do plano de ensino (carga horária, material didático e referências) sobre a disciplina foram disponibilizadas de forma clara e organizada?

MUITO BOM	33,4%
BOM	63,2%
RAZOÁVEL	0,7%



INSATISFATÓRIO	2,7%
DESCONHEÇO	0%
O material didático indica referências e sites complementares, de maneira a incentivar a complementação de aprendizagem?	
MUITO BOM	32,6%
BOM	64%
RAZOÁVEL	0,7%
INSATISFATÓRIO	2,7%
DESCONHEÇO	0%
Como você avalia o livro didático e conteúdo textual apresentado na disciplina?	
MUITO BOM	31,6%
BOM	65%
RAZOÁVEL	0%
INSATISFATÓRIO	2,7%
DESCONHEÇO	0,7%
Como você avalia as videoaulas elaboradas na disciplina?	
MUITO BOM	30,7%
BOM	64%
RAZOÁVEL	1,3%
INSATISFATÓRIO	2,7%
DESCONHEÇO	1,3%
As Webconferências realizadas na disciplina podem ser avaliadas como:	
MUITO BOM	33,4%
BOM	62%
RAZOÁVEL	1,3%
INSATISFATÓRIO	2%
DESCONHEÇO	1,3%
Você recebe da tutoria respostas rápidas às suas dúvidas, incentivos e orientação quanto ao seu progresso nos estudos?	
MUITO BOM	32%
BOM	61,3%
RAZOÁVEL	3,4%
INSATISFATÓRIO	2%
DESCONHEÇO	1,3%
Como você avalia o tempo de correção e feedback realizado nas atividades pelo seu tutor?	
MUITO BOM	32%
BOM	61,2%
RAZOÁVEL	5,4%
INSATISFATÓRIO	0,7%
DESCONHEÇO	0,7%
Como você avalia a participação do Professor Formador durante o desenvolvimento da disciplina?	
MUITO BOM	25,3%
BOM	68%
RAZOÁVEL	4%
INSATISFATÓRIO	0,7%
DESCONHEÇO	2%
Como você avalia a participação do Professor Formador nos fóruns de dúvidas?	
MUITO BOM	23,8%
BOM	68%
RAZOÁVEL	2,8%
INSATISFATÓRIO	0,7%
DESCONHEÇO	4,7%
Como você avalia a interação do Professor Formador com os alunos na	



disciplina?	
MUITO BOM	22,6%
BOM	70,7%
RAZOÁVEL	2,7%
INSATISFATÓRIO	1,3%
DESCONHEÇO	2,7%
Os instrumentos de avaliação (questionários, fóruns, estudo dirigido, entre outros) utilizados na disciplina podem considerados como:	
MUITO BOM	31,2%
BOM	62,8%
RAZOÁVEL	4%
INSATISFATÓRIO	2%
DESCONHEÇO	0%
A contribuição da disciplina para sua atuação profissional pode ser avaliada como:	
MUITO BOM	34%
BOM	60,7%
RAZOÁVEL	4%
INSATISFATÓRIO	1,3%
DESCONHEÇO	0%
Como você avalia os prazos das atividades oferecidos na disciplina?	
MUITO BOM	26,6%
BOM	65,3%
RAZOÁVEL	4,7%
INSATISFATÓRIO	3,4%
DESCONHEÇO	0%
A sua capacidade de auto-organização (tempo) para estudo e entrega de atividades pode ser avaliada como:	
MUITO BOM	25%
BOM	41,7%
RAZOÁVEL	33,3%
INSATISFATÓRIO	0%
DESCONHEÇO	0%
A sua aprendizagem na disciplina pode ser avaliada como:	
MUITO BOM	27,9%
BOM	65,3%
RAZOÁVEL	3,4%
INSATISFATÓRIO	3,4%
DESCONHEÇO	0%

Por meio dessa avaliação realizada pelos(as) acadêmicos(as) do curso de Pedagogia, na modalidade à distância, observamos que há uma consideração acima de cinquenta por cento para a satisfação com processo formativo. Entretanto, há apontamentos, acima de cinquenta por cento, para a necessidade de mais incentivo aos professores formadores e professores tutores para a personalização dos processos educativos dos estudantes, para a participação mais ativa dos professores formadores nos atendimentos nos fóruns interativos e para a organização mais ampla do tempo de execução das atividades propostas.

Sabemos que na Educação à distância, os professores tutores fazem o atendimento imediato aos acadêmicos(as), corrigem suas atividades, acompanham a evolução no processo de aprendizagem, e essas ações não podem ser desconexas das que o professor formador desenvolve. Defendemos que a participação de ambos os professores devem culminar na pessoalização do atendimento do(a) acadêmico(a), na tentativa de abrandar a distância física, própria dessa modalidade.

4.2 Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar aprovado pela Instituição



O regimento Geral da UEPG aprova a avaliação do rendimento escolar, com alterações pela Resolução Universitária 12 de 22/06/2017. Desse regimento, o que não se aplica na modalidade de Educação à Distância, é contabilização da frequência dos(as) acadêmicos(as). Isso porquê, a modalidade permite a flexibilização do tempo e forma de acesso dos estudantes ao Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os professores tutores são instruídos para ficarem atentos aos acessos de seus estudantes, a fim de que a frequência de participação seja contínua e eficiente no percurso formativo.

De toda forma, apresentamos a seguir o regimento da avaliação do rendimento escolar da UEPG, que se aplica, com exceção do item b do artigo 59 e do § 3º, à modalidade EaD.

SEÇÃO II

Da Avaliação do Rendimento Escolar

Art. 59. A avaliação do rendimento escolar tem por finalidade acompanhar o progresso do acadêmico no domínio das competências exigidas para o curso que está realizando, tendo em vista a adequada formação científica e profissional, a promoção por série e a integralização curricular, compreendendo:

- a. a verificação da aprendizagem; e,
- b. a apuração da frequência.

§ 1º A avaliação do rendimento escolar deverá ser um processo contínuo e cumulativo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período letivo sobre um eventual exame final.

§ 2º A verificação da aprendizagem do acadêmico será de responsabilidade do professor da disciplina e incidirá sobre todas as atividades curriculares, compreendendo instrumentos como provas orais, escritas e práticas, exercícios de aplicação, pesquisas, trabalhos práticos, excursões, estágios e outros previstos no respectivo sistema de avaliação da disciplina, proposto pelo professor e aprovado pelo Colegiado de Curso.

§ 3º A frequência mínima exigida, para fins de aprovação, é de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da disciplina em que o aluno estiver matriculado, cabendo ao professor o registro da presença do acadêmico e à Chefia do Departamento a fiscalização dessa atividade docente, sendo vedado o abono de faltas, ressalvadas as determinações legais.

§ 4º Os projetos pedagógicos dos cursos de graduação a distância poderão definir sistema de avaliação e regime de dependência diferenciados dos demais cursos.

SEÇÃO III

Da Operacionalização da Avaliação do Rendimento Escolar

Art. 60. O rendimento escolar do aluno será expresso numa escala de notas de zero (0,0) a dez (10,0), com uma casa decimal, sendo que seu registro será feito ao final de cada semestre para as disciplinas anuais e ao final de cada bimestre para as disciplinas semestrais.

§ 1º A nota a que se refere o caput deste artigo deverá resultar de mais de uma verificação parcial, ficando vedado ao professor a realização de uma única prova ao final do semestre para as disciplinas anuais ou ao final do bimestre para as disciplinas semestrais.

§ 2º O resultado final do processo de verificação da aprendizagem será obtido através da média aritmética simples das duas notas parciais e da nota do exame final, quando couber.

§ 3º A nota mínima para aprovação direta, sem exame final, deverá ser igual a sete (7,0), obtida pela média aritmética simples das duas notas parciais.

§ 4º A nota mínima para aprovação com exame final deverá ser igual a seis (6,0), como resultado da seguinte fórmula:



onde: NF = nota final; 1ª NP = primeira nota parcial; 2ª NP = segunda nota parcial; NEF = nota do exame final.

$$NF = 1^a NP + 2^a NP + NEF / 3$$

§ 5º – Ficarão impedidos de prestar exame final o acadêmico que:

a) não obtiver 75% (setenta e cinco por cento) de frequência na disciplina; e/ou b) não atingir, no mínimo, quatro (4,0) como média das duas notas parciais.

§ 6º Nas disciplinas de estágio supervisionado e outras que abrangem atividades de conclusão de curso, o aproveitamento do aluno será verificado de acordo com os respectivos regulamentos e/ou manuais aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

§ 7º O Calendário Universitário estabelecerá os prazos limites para a entrega das notas parciais e da nota do exame final, bem como o período destinado à realização do referido exame.

§ 8º Ao acadêmico que não comparecer ao exame final será atribuída nota zero, ressalvadas as situações previstas em normas institucionais.

Art. 61. O sistema de avaliação do rendimento escolar compreende a aprovação por disciplina e a promoção por série.

§ 1º Será aprovado, na disciplina, o acadêmico que, desde que cumprida à exigência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, obtiver:

a) média das duas notas parciais igual ou superior a sete (7,0); ou

b) nota igual ou superior a seis (6,0), após a realização do exame final.

§ 2º Será promovido à série seguinte o acadêmico que lograr aprovação em todas as disciplinas da série em que se encontra matriculado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência em até:

a) (02) duas disciplinas, independente da série das mesmas; ou

b) (01) uma disciplina anual e (02) duas disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas; ou

c) (04) quatro disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas.

§ 3º Nos cursos com disciplinas de meio ano letivo a retenção ocorrerá de uma série para outra.

§ 4º Caberá aos coordenadores dos Cursos com disciplinas de meio ano letivo, observar, que a oferta de disciplinas ocorra, preferencialmente, sem lacunas semestrais para o acadêmico, no decorrer do curso.

Art. 62. Em caso de rendimento escolar insatisfatório e/ou insuficiência da frequência regulamentar, o acadêmico estará sujeito à reprovação.

§ 1º Será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que se enquadrar em uma das seguintes condições:

a) não obtiver um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência;

b) obtiver média das duas notas parciais inferior a quatro (4,0);

c) obtiver nota final inferior a seis (6,0) após a realização do exame final.

§ 2º Será considerado reprovado e impedido de promoção à série seguinte o acadêmico que reprovar em:

a) mais de 02 (duas) disciplinas anuais, independente da série; ou

b) mais de 01 (uma) disciplina anual e mais 02 (duas) disciplinas de meio ano letivo, simultaneamente, independente da série; ou

c) mais de 04 (quatro) disciplinas de meio ano letivo, independente da série.

Art. 63-A. A avaliação do rendimento escolar do acadêmico dos cursos de educação a distância da UEPG compreende: a) a apuração da frequência às atividades presenciais; b) a verificação da aprendizagem, que ocorrerá através de avaliação processual e de prova presencial.



5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 Disciplinas Integrantes do Currículo Pleno

A organização curricular dos cursos de licenciaturas atende ao disposto no art. 11, da Res. CNE/CP nº 2/2019, distribuída da seguinte forma:

Grupo I – Formação básica geral: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais. Trata-se das disciplinas de formação básica geral.

Grupo II – Formação específica profissional e de diversificação e aprofundamento: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desse conteúdo.

Apresentam-se como disciplinas de formação específica profissional (II.a) e as disciplinas de diversificação e aprofundamento (II.b)

Grupo III – Estágio curricular supervisionado e Prática como componente curricular: 800 (oitocentas) horas, para prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o **estágio supervisionado**, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora (III.a); e b) 400 (quatrocentas) horas para a **prática** dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora (III.b).

Grupo IV - Gestão educacional: 400 (quatrocentas) horas, conforme Art. 22, inciso I, § 1º: Art. 22. A formação para atuar em Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional para a Educação Básica, nos termos do art. 64 da LDB, ou com centralidade em ambientes de aprendizagens e de coordenação e assessoramento pedagógico, pode-se dar em:

I - cursos de graduação em Pedagogia com aprofundamento de estudos nas áreas de que trata o caput e que possuam uma carga horária mínima de 3.600 (três mil e seiscentas) horas;

§ 1º O aprofundamento de estudos de que trata o inciso I será correspondente a 400 (quatrocentas) horas adicionais às 3.200 (três mil e duzentas) horas previstas para o curso de Pedagogia, na modalidade EaD.

Observação: os grupos I e II são complementados com as disciplinas de diversificação e aprofundamento.

5.2 GRUPO I - DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO BÁSICA GERAL

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH Ext	CH
Pedagogia	509	Introdução a EaD	1ª	1º		30
Didática	509	Didática I	1ª	1º		60
Didática	509	Didática II	2ª	1º		60
Fundamentos da educação	501	Educação especial e inclusiva	2ª	2º		60
Fundamentos da educação	501	Filosofia da Educação I	1ª	1º		60
Fundamentos da educação	501	Filosofia da Educação II	2ª	2º		60
Fundamentos da educação	501	História da Educação	1ª	2º		60
Fundamentos da educação	501	História da Educação Brasileira	2ª	2º		60



Fundamentos da educação	501	Política educacional	2ª	2º		60
Fundamentos da educação	501	Psicologia da Educação I	1ª	2º		60
Fundamentos da educação	501	Psicologia da Educação II	2ª	1º		60
Fundamentos da educação	501	Sociologia da Educação I	1ª	1º		60
Fundamentos da educação	501	Sociologia da Educação II	2ª	1º		60
Educação	501	Práticas Extensionistas I	1ª	1º	45	
Educação	501	Práticas extensionistas II	1ª	2º	45	
Total de Carga Horária do Grupo I						840h

5.3 GRUPO II.a - DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA PROFISSIONAL

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTR E	CH Ext	CH
Ensino	509	Alfabetização e letramento I	2ª	1º		45
Ensino	509	Alfabetização e letramento II	2ª	2º		60
Psicologia	501	Currículo e Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)	4ª	1º		60
Pedagogia	509	Educação digital, comunicação e tecnologias	1ª	1º		45
Ensino	509	Fundamentos teórico-metodológicos das Ciências Naturais I	3ª	1º		45
Ensino	509	Fundamentos teórico-metodológicos das Ciências Naturais II	3ª	2º		45
Ensino	509	Fundamentos teórico-metodológicos da Geografia I	3ª	1º		45
Ensino	509	Fundamentos teórico-metodológicos da Geografia II	3ª	2º		45
Ensino	509	Fundamentos teórico-metodológicos da História I	3ª	1º		45
Ensino	509	Fundamentos teórico-metodológicos da História II	3ª	2º		45
Ensino	509	Fundamentos teórico-metodológicos da Língua Portuguesa	3ª	1º		60
Ensino	509	Fundamentos teórico-metodológicos da Matemática I	3ª	1º		45
Ensino	509	Fundamentos teórico-metodológicos da Matemática II	3ª	2º		45
Fundamentos da educação	501	Fundamentos da Educação da Infância	1ª	2º		60
Linguagem	505	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	1ª	1º		60
Ensino	509	Literatura infantil na escola	2ª	2º		45
Infância	509	Ludicidade, Corpo em movimento e Arte	1ª	2º		60
Pedagogia	509	Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC)	4ª	1º		30
Psicologia	501	Psicologia e Processos de	3ª	1º		45



		Aprendizagem				
Currículo	501	Teorias e práticas de currículo	3ª	2º		60
Psicologia	501	Psicologia e Comunidade	3ª	2º		45
Educação	501	Práticas Extensionistas III	2ª	1º	45	
Educação	501	Práticas Extensionista IV	2ª	2º	45	
Pedagogia	509	Práticas Extensionistas VI	3ª	2º	45	
Gestão Educacional*	509	Gestão Educacional I	1ª	2º		60
Gestão Educacional*	509	Gestão Educacional II	2ª	2º		60
Gestão Educacional*	509	Gestão Educacional III	4ª	1º		60
Gestão Educacional*	509	Planejamento e avaliação	4ª	1º		60
Pedagogia*	509	Práticas Extensionistas V	3ª	1º	45	
Total de Carga Horária do Grupo II.a						1455h

*As disciplinas que pertencem ao grupo de Gestão Educacional somam 285h das 400h previstas. As demais horas que compõem o grupo de Gestão Educacional referem-se aos Estágios Curriculares Supervisionados de Gestão Educacional e serão apresentadas no grupo III.a. A soma das disciplinas do grupo de Gestão Educacional cumula 405h no total.

5.4 GRUPO II.b – DISCIPLINAS DE DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH Ext	CH
Fundamentos da educação	501	Educação das relações étnico-raciais	1ª	2º		45
Fundamentos da educação	501	Educação de Jovens, Adultos e Idosos	4ª	2º		60
Pedagogia	509	Metodologia de Pesquisa em Educação	1ª	2º		45
Infância	509	Organização da prática pedagógica na Educação Infantil	2ª	1º		45
Política educacional	501	Políticas e Programas para a Educação Básica	4ª	2º		60
Fundamentos da educação	501	Trabalho e Educação	4ª	1º		60
Psicologia	501	Neurociências e Educação	4ª	2º		45
Psicologia	501	Jogos, brincadeiras e inclusão	1ª	2º		45
Psicologia	501	Psicologia da adolescência	4ª	2º		45
Psicologia	501	Psicologia, desenvolvimento e aprendizagem na primeira infância	2ª	1º		45
Psicologia	501	Educação, diversidade sexual e sexualidade humana	4ª	2º		45
Psicologia	501	Educação, diversidade e cidadania	4ª	2º		45
Psicologia	501	Educação em espaços não-formais	4ª	2º		45
Psicologia	501	Direito Educacional	4ª	2º		45
Pedagogia	509	Práticas educativas do/no campo	4ª	2º		45
Pedagogia	509	Violência e indisciplina na	4ª	2º		45



		escola				
Gestão educacional	509	Direção da unidade escolar	4ª	2º		45
Gestão educacional	509	Avaliação em larga escala	4ª	2º		45
Ensino	509	Formação do professor unidocente da infância	4ª	2º		45
Infância	509	Concepções e práticas em Educação Infantil	1ª	1º		45
Total de Carga Horária do Grupo II.b						990h

As disciplinas de Diversificação e aprofundamento, do grupo II.b, serão ofertadas, conforme informação que segue:

Duas disciplinas de 45h (cada) no 2º semestre da 1ª série = 90h

Uma disciplina de 45h no 1º semestre da 2ª série = 45h

Uma disciplina de 60h no 1º semestre da 4ª série = 60h

Quatro disciplinas, sendo duas de 60h e duas de 45h, no 2º semestre da 4ª série = 210h

A soma das disciplinas de Diversificação e aprofundamento cumula 405h no total.

5.5 GRUPO III.a - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Regulamento Geral de Estágios Curriculares – Licenciatura EaD CEPE Nº 088/2010.

Acesso pelo link: <https://www2.uepg.br/prograd/wp-content/uploads/sites/19/2019/06/088.pdf>

Redução de Carga Horária – Estágio Supervisionado Licenciatura CEPE Nº 082/2006.

Acesso pelo link: <https://www2.uepg.br/prograd/wp-content/uploads/sites/19/2019/06/redu%c3%a7%c3%a3o-carga-hor%c3%a1ria-de-est%c3%a1gio.pdf>

5.5.1 Carga Horária

ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTR E	CH
Estágio	509	Estágio Curricular Supervisionado em Docência na Educação Infantil – Creche I	2ª	1º	45
Estágio	509	Estágio Curricular Supervisionado em Docência na Educação Infantil – Creche II	2ª	2º	60
Estágio	509	Estágio Curricular Supervisionado em Docência na Educação Infantil - Pré-escola I	3ª	1º	60
Estágio	509	Estágio Curricular Supervisionado em Docência na Educação Infantil - Pré-escola II	3ª	2º	45
Estágio	509	Estágio Curricular Supervisionado em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ciclo) I	3ª	1º	45
Estágio	509	Estágio Curricular Supervisionado em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ciclo) II	3ª	2º	60
Estágio	509	Estágio Curricular Supervisionado em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2º ciclo) I	4ª	1º	45
Estágio	509	Estágio Curricular Supervisionado em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2º ciclo) II	4ª	2º	60
Estágio*	509	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional I	4ª	1º	60
Estágio*	509	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional II	4ª	2º	60

****Total de Carga Horária do Grupo III.a** | 540

*As disciplinas de Estágio curricular supervisionado que pertencem ao grupo de Gestão Educacional, somam 120h das 400h previstas para esse grupo. As demais horas desse grupo foram apresentadas nas disciplinas do grupo II.a. O cômputo das disciplinas do grupo de Gestão Educacional cumula 405h no total.

** Desse total de horas, 120h refere-se ao Grupo de Gestão Educacional.

5.5.2 Modalidade da disciplina de estágio Curricular Supervisionado em Docência:

DISCIPLINA DE ESTÁGIO	CARGA HORÁRIA		MODALIDADE DE ORIENTAÇÃO		
	T	P	DIRETA	SEMI-DIRETA	INDIRETA
Estágio Curricular Supervisionado em Docência na Educação Infantil – Creche I	52,5	52,5			X
Estágio Curricular Supervisionado em Docência na Educação Infantil – Creche II	52,5	52,5			X
Estágio Curricular Supervisionado em Docência na Educação Infantil - Pré-escola I	52,5	52,5			X
Estágio Curricular Supervisionado em Docência na Educação Infantil - Pré-escola II	52,5	52,5			X
Estágio Curricular Supervisionado em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ciclo) I	52,5	52,5			X
Estágio Curricular Supervisionado em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ciclo) II	52,5	52,5			X
Estágio Curricular Supervisionado em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2º ciclo) I	52,5	52,5			X
Estágio Curricular Supervisionado em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2º ciclo) II	52,5	52,5			X

5.5.3 Carga Horária de Supervisão de Estágio Curricular Supervisionado em Docência:

ANO	CURRÍCULO VIGENTE	NOVO CURRÍCULO
2024	272	360

5.5.4 Modalidade da disciplina de estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional:

DISCIPLINA DE ESTÁGIO	CARGA HORÁRIA		MODALIDADE DE ORIENTAÇÃO		
	T	P	DIRETA	SEMI-DIRETA	INDIRETA
Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional I	30	30			X
Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional II	30	30			X



5.5.5 Carga Horária de Supervisão de Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional:

ANO	CURRÍCULO VIGENTE	NOVO CURRÍCULO
2024	136	90

5.6 GRUPO III.b - PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH Ext	CH
Pedagogia	509	Pesquisa e Prática Pedagógica I	1ª	1º		75
Pedagogia	509	Pesquisa e Prática Pedagógica II	2ª	1º		75
Pedagogia	509	Pesquisa e Prática Pedagógica III	3ª	1º		75
Pedagogia	509	Pesquisa e Prática Pedagógica IV	4ª	1º		75
Pedagogia	509	Práticas extensionistas VII	4ª	1º	45	
Pedagogia	509	Práticas Extensionistas VIII	4ª	2º	60	
Total de Carga Horária do Grupo III.b						405h

5.7 EXTENSÃO COMO COMPONENTE CURRICULAR

5.7.1 Disciplinas:

ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH
Educação	501	Práticas Extensionistas I	1ª	1º	45
Educação	501	Práticas Extensionistas II	1ª	2º	45
Educação	501	Práticas Extensionistas III	2ª	1º	45
Educação	501	Práticas Extensionistas IV	2ª	2º	45
Pedagogia	509	Práticas Extensionistas V	3ª	1º	45
Pedagogia	509	Práticas Extensionistas VI	3ª	2º	45
Pedagogia	509	Práticas Extensionistas VII	4ª	1º	45
Pedagogia	509	Práticas Extensionistas VIII	4ª	2º	60
Total de Carga Horária de Extensão					375h

*A carga horária de extensão no curso será realizada nas disciplinas de Práticas Extensionistas e complementa a carga horária dos grupos.

5.7.2 Outras atividades curriculares de Extensão

CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO DIVERSAS (NÃO CODIFICADAS NO CURSO)	Não se aplica
CARGA HORÁRIA TOTAL DA EXTENSÃO	375
PORCENTAGEM DE CH DE EXTENSÃO EM RELAÇÃO À CH TOTAL DO CURSO	10,29%

* Mínimo de 10% da CH Total do Curso conforme Res. CNE/CES 7/2018

5.9 DISCIPLINAS COM AULAS PRÁTICAS, EXPERIMENTAIS E/OU LABORATORIAIS – (Não obrigatórias para as licenciaturas) – Não se aplica



5.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES OU ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (Não obrigatórias para as licenciaturas) – Não se aplica

5.11 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC constitui-se numa atividade acadêmica de pesquisa e sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão, ao curso de graduação e à realidade social em suas diferentes expressões, desenvolvida mediante controle, orientação e avaliação docente, cuja exigência é requisito essencial e obrigatório para a obtenção do diploma.

O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido por meio de disciplina obrigatória, denominada Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC, com carga horária de 30 (trinta) horas, a ser desenvolvida durante o último ano letivo do curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade à distância.

O TCC consiste na elaboração de trabalho acadêmico escrito na forma de monografia, artigo científico ou produto educacional.

Todas as orientações sobre a disciplina de OTCC estão disponíveis no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

5.11.1 Carga Horária Supervisão do TCC:

ANO	CURRÍCULO VIGENTE	NOVO CURRÍCULO
2024	34	30

*Ano de implantação do novo currículo

6. ATENDIMENTO A LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

LEGISLAÇÃO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Parecer CEE/CES n.º 23/2011 inclui a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina nos projetos pedagógicos dos Cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia e sequenciais de formação específica, em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais 51 65 cumprimento ao Art. 3º, do Decreto Federal n.º 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal n.º 10.436/2002, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Resolução CEPE n.º 027, de 24 de outubro de 2017, aprova a adequação curricular na oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais– LIBRAS, pelo Departamento de Estudos da Linguagem para os Cursos de Graduação, da UEPG.	Libras	60
Lei Federal n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Deliberação n.º 02/2016, dispõe sobre as normas para a modalidade Educação Especial no sistema estadual de ensino do Paraná.	Educação Especial e Inclusiva	60
Leis n.º 10.639/03 e 11.645/08; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP Nº 1/2004); Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP Nº 1/2012); Artigos 210, 215 (Inciso V) e 206, Constituição Federal de 1988. Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 3, Inciso XII; Art. 26, § 4º, Art. 26-A e Art. 79-B); Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010;	Educação das Relações Étnico-raciais	60
	História da Educação Brasileira	60
	Política Educacional	60
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental	Fundamentos	90



(Resolução CNE/CP Nº 2/2012);	Teóricos Metodológicos das Ciências Naturais	
Ciência e Tecnologia - Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, Inciso II e Art. 39), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. CF/88, Art. 23 e 24, Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio)	Educação Digital, Comunicação e Tecnologias	45

7. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRUPO 1 - DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO BÁSICA GERAL

Disciplina: Didática I

Ementa: Aspectos conceituais, culturais, políticos e históricos da Didática como fundamento da docência na formação do professor. Pensadores do campo da Didática. Ensino como objeto de estudo da Didática. Concepções de ensino- aprendizagem. Modalidades de ensino individual, mútuo e simultâneo na didática escolar. Professores: identidade e formação profissional. Relação professor-aluno-conhecimento: o professor como mediador da relação pedagógica. Dimensões da gestão da sala de aula e a organização do seu espaço. Processos didáticos na prática pedagógica: transposição didática, contextualização e interdisciplinaridade.

Bibliografia:

ANASTASIOU, L; ALVES, L (orgs). **Processos de ensinagem na universidade:** pressupostos para as estratégias de trabalho docente em aula. 6.ed. Joinville: Univalle, 2006.
CORDEIRO, J. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007.
FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.
VEIGA, I. P. A. (Org). **Novas tramas para as técnicas de ensino**. Campinas: São Paulo, Papyrus: 2013.

Disciplina: Didática II

Ementa: Planejamento do processo ensino-aprendizagem como ato político e pedagógico. Níveis de planejamento, planos de ensino e o trabalho com projetos na sala de aula. Concepções e elementos estruturantes do planejamento didático na organização do processo ensino-aprendizagem. Objetivos de ensino e de aprendizagem: sua importância e as proposições para a prática pedagógica. Métodos e estratégias de ensino. Avaliação do/no processo de ensino-aprendizagem nas diferentes etapas da Educação Básica: concepções, modalidades, instrumentos e critérios.

Bibliografia:

ANASTASIOU, L; ALVES, L. (orgs). **Processos de ensinagem na universidade:** pressupostos para as estratégias de trabalho docente em aula. 6.ed. Joinville: Univalle, 2006.
GASPARIN, J.L. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas: São Paulo: Autores Associados, 2012.
LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.
SACRISTAN, J. G.; GOMEZ, A. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ArtMed, 2008.
VEIGA, I.P.A. (Org.). **Aula: Gênese, dimensões, princípios e práticas**. Campinas/SP: Papyrus, 2012.



Disciplina: Sociologia da educação I

Ementa: Contexto sócio-histórico e político do surgimento da Sociologia como Ciência. Educação e sociedade na perspectiva de Durkheim, Weber, Marx. Educação e Estado: das origens à globalização. Relações entre cultura e educação.

Bibliografia:

DALE, R. A sociologia da educação e o estado após a globalização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/J46YWTNSF73jLJqJnLPRL4H/?lang=pt>.

IANNI, O. A sociologia e mundo moderno. **Tempo Social**, v.1, n.1, p.7-27, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83315/86342>.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas:** das origens a Max Weber. Petrópolis: Vozes, 2003.

LARAIA, R.B. **Cultura:** um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Disciplina: Sociologia da educação II

Ementa: Características do Estado brasileiro e sua relação com a educação. Perspectivas conservadora e crítica da sociedade, educação e escola no Brasil. Educação e formação para a cidadania no Brasil. A questão sociológica do fracasso escolar.

Bibliografia:

FERNANDES, F. **Brasil em compasso de espera.** Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

FREITAS, L.C. **A reforma empresarial da educação.** Nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LOMBARDI, J.C.; BEZERRA NETO, L. Educação e revolução: as revoluções dos séculos XIX e XX e os fundamentos de uma pedagogia comunista. In: LOMBARDI, J.C.; LIMA, M. (orgs.). **Educação e revolução:** as revoluções nos séculos XIX e XX e as possibilidades de uma nova educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 59-72.

PATTO, M.H.S. **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/932/844/3069>.

SAES, D.A.M. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. **Estudos Avançados**, v.15, n. 42, p. 379-410, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9813>.

Disciplina: Psicologia da educação I

Ementa: Psicologia e Psicologia da Educação: aspectos históricos e formação do campo. Perspectivas teóricas da Psicologia e suas implicações educacionais: Psicanálise, Análise do Comportamento, Epistemologia Genética e Psicologia Histórico- Cultural.

Bibliografia:

ACÓ VILELA, Ana M.; FERREIRA, Arthur A. L.; PORTUGAL, Francisco. T. **História da Psicologia:** rumos e percursos. Rio de Janeiro: NAU, 2010.

FREUD, Sigmund (1910). Cinco lições de psicanálise. In: _____. **Obras Completas.** César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. v. 9. p. 220-286.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia.** 25. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

SKINNER, Burrhus. F. **Ciência e comportamento humano.** 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.



VIGOTSKI, Lévi. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

Disciplina: Psicologia da educação II

Ementa: Psicogênese da Pessoa Completa. Relação entre desenvolvimento e aprendizagem. Formação de conceitos. Percepção, memória e atenção. Motivação para a aprendizagem. O erro e a aprendizagem. Adolescência e educação.

Bibliografia:

BRAGHIROLI, Elaine Maria et al. **Psicologia Geral**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

LEAL, Zaira F. R. G.; FACCI, Marilda. G. D.; SOUZA, Marilene P. R. **Adolescência em foco: contribuições para a psicologia e para a Educação**. Maringá: Eduem, 2014.

MASINI, Elcie F.; MOREIRA, Marco A. **Aprendizagem significativa na escola**. Curitiba: CRV, 2017

MARTINS, Lígia M.; ABRANTES, Angelo A.; FACCI, Marilda G. D. (Org.). **Periodização Histórico-Cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas: Autores Associados, 2016.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Disciplina: Filosofia da educação I

Ementa: Filosofia e conhecimento: mito, senso comum, arte e ciência. Filosofia da Educação: a paidéia grega, a humanitas, o pensamento cristão. Renascimento e educação pública. Correntes filosóficas contemporâneas e a educação: temas, problemas e protagonistas.

Bibliografia:

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo Martins Fontes, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13ed. São Paulo. Ática, 2004.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

JAEGER, W. **Paidéia: a formação do homem grego**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1966.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta o que é Iluminismo**. In: KANT, Immanuel.

A Paz Perpétua e outros Opúsculos. São Paulo: Edições 70, 1995.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario; **História da Filosofia. De Freud à atualidade**. Vol 1-7 ed. São Paulo. Paulus, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. Rio de Janeiro:

VERNANT, J. P. **Mito e pensamento entre os gregos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

Disciplina: Filosofia da educação II

Ementa: Filosofia da educação e suas especificidades. Modernidade e iluminismo. Escola pública e a pedagogia no projeto de razão moderna. Filosofia contemporânea e as teorias pedagógicas. Filosofias e pedagogias emergentes. Pensamento filosófico latino-americano e educação

Bibliografia:

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo Martins Fontes, 2000.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro, Ed.34,1992.

GALLO, Silvio. **Deleuze & a Educação**. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

GOERGEN, Pedro. **Teoria da ação comunicativa e práxis pedagógica**. In:

DALBOSCO, Claudio A. Sobre filosofia e educação. UFP Editora, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo. Paz e Terra, 2004.

KANT, Emmanuel. **Sobre a Pedagogia**. Piracicaba: Editora Unimep, 1996.



REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario; **História da Filosofia. De Freud à atualidade.** Vol 1-7 2ed. São Paulo. Paulus, 2008.

VITKOWSKI, J. R. **Filosofia da Diferença: interfaces educacionais.** In: Filosofia e Educação [RFE] vol 9, número 2. Campinas, SP, Junho-setembro 2017- issn 1984-9605, p. 71-85

SCHNORR, G. M, VALESE, R. **Filosofia Latino-americana e brasileira.** São Paulo. Intersaberes, 2012.

Disciplina: História da educação

Ementa: História e História da Educação. A educação nos contextos da Antiguidade Clássica, dos Períodos Medieval, Moderno e Contemporâneo, enfatizando abordagens das temáticas relacionadas às ideias educativas e/ou pedagógicas e a organização das instituições de ensino.

Bibliografia:

ARIÊS, P. **História social da criança e da família.** 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

CAMBI, F. **História da Pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999.

CARVALHO, M. M. C.; PINTASSILGO, J. (orgs.). **Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais.** São Paulo: USP, 2011.

FARIA FILHO, L. M. (org.). **Pensadores sociais e História da Educação.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MARROU, H. **História da Educação na Antiguidade.** Campinas, SP: Kíron, 2017.

Disciplina: História da educação brasileira

Ementa: História e Historiografia da Educação Brasileira. A educação nos diferentes contextos da História do Brasil e do Paraná (séculos XVI-XXI), privilegiando discussões dos variados temas e problemas referentes à história das ideias educativas e/ou pedagógicas e aos modelos e/ou projetos educacionais escolares e não-escolares.

Bibliografia:

BOTO, C. **Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola.** São Paulo: Unesp, 2017.

FREITAS, M. C. de (org.). **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2009.

VEIGA, C. G. **História da educação.** São Paulo: Ática, 2007.

Disciplina: Política educacional

Ementa: Estudo do sistema educacional brasileiro e de seus aspectos organizacionais. Análise da legislação vigente, aplicada à organização dos Sistemas e das Instituições Escolares em seus aspectos políticos, administrativos, pedagógicos e financeiros: Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 14.423/22) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).

Bibliografia:

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2011.

DAVIES, N. **Legislação educacional federal básica.** São Paulo: Cortez, 2009.



SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**. Significado, controvérsias e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2014.

SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. (orgs). **Políticas educacionais: conceitos e debates**. 2. Ed. Curitiba: Appris, 2013.

VIEIRA, S. L. **Educação básica: política e gestão da escola**. Brasília: Liber Livro, 2009.

Disciplina: Educação especial e inclusiva

Ementa: Abordagem histórico-política da educação especial e inclusiva. A educação especial e seu público-alvo. Acessibilidade e tecnologia assistiva no âmbito escolar. A escola e o processo de inclusão de alunos público-alvo da educação especial.

Bibliografia:

AMARAL, Ligia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1998. p. 11-30.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006.

JANUZZI, Gilberta. Algumas concepções de educação do deficiente. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n.3, p. 9-25, maio 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228618207_Alguas_concepcoes_de_educacao_do_deficiente.

Acesso em: 02 mar. 2023.

MANTOAN, M. T. E. (Org). **O desafio das diferenças nas escolas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MENDES, Enicéia Gonçalves; MALHEIRO, Cícera A. Lima. Salas de recursos multifuncionais: é possível um serviço “tamanho único” de atendimento educacional especializado?. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 349-365. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/12005/1/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PLETSCH, M. D; GLAT, R. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. Rio de Janeiro, **Linhas críticas**, v. 18, n. 35, 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/lc/v18n35/v18n35a12.pdf>. Acesso em 08 ago. 2023.

SEBASTIÁN-HEREDERO. Diretrizes para o desenho Universal da Aprendizagem (DUA). **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.26, n.4, p.733-768, Out.-Dez., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/F5g6rWB3wTZwyBN4LpLgv5C/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2023.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves, Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Rev. bras. Estud. pedagog.** (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dBz3F9PJFswJXFzn3NNxTC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2023.

Disciplina: Introdução a educação a distância

Ementa: Histórico, características, definições e regulamentação da Educação a Distância no Brasil. Ambiente virtual de aprendizagem. Sujeitos da EaD: aluno, professor e tutor. Metodologia e avaliação na EaD.

Bibliografia:

BACICH, L.; MORAN, J. (Org). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.



COSTA, M. L. C.; ZANATTA, R. M. Educação a distância no Brasil: aspectos históricos, legais, políticos e metodológicos. Maringá: EDUEM, 2014.

MORAN, J. M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. 21ª ed. Campinas: Papyrus, 2013.

LITTO, F. M. Aprendizagem a distância. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

SILVA, A. R. L.; SPANHOL, F. J. Design educacional para gestão de mídias do conhecimento. São Paulo: Paco, 2018.

GRUPO 2 - DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA PROFISSIONAL

Disciplina: Educação digital, comunicação e tecnologias

Ementa: O conhecimento tecnológico como elemento da formação docente no século XXI. A informática na educação: histórico, perspectivas e recursos humanos, tecnológicos e didáticos. O processo de comunicação e as linguagens visuais, sonoras, audiovisuais, impressas e digitais e a sua relação com a Educação. As relações entre escola, inclusão e exclusão digital, da perspectiva da cultura e alfabetização digital. Análise de conteúdos digitais e softwares educacionais: as mídias e suas contribuições para o planejamento didático.

Bibliografia:

ARCE, A. Educação infantil: alimentação, neurociência e tecnologia. Campinas: Editora Alínea, 2018.

HERNANDEZ, F. (Org.). Aprendendo com as inovações nas escolas. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LEMONS, A. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias em educação pedagógica. 16.ed. Campinas: Papyrus, 2009.

SAMPAIO, M. N.; LEITE, L. S. Alfabetização tecnológica do professor. Petrópolis: Vozes, 2004

Disciplina: Ludicidade, corpo em movimento e arte

Ementa: Conceitos e concepções de ludicidade, corpo em movimento e arte nos processos educativos da criança. As áreas de conhecimento na constituição dos eixos: ludicidade, corpo em movimento e arte. As crianças, seus brincar, seus corpos e manifestações culturais. Aspectos teórico-práticos da ludicidade, do corpo em movimento e da arte na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia:

BROUGERE, G. Brinquedo e cultura. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CAMARGO, D. O brincar corporal na Educação Infantil: reflexões sobre o educador, sua ação e formação. Curitiba: Intersaberes, 2014.

CUNHA, S. R. V. da. As artes no universo infantil. Porto Alegre: Mediação, 2014.

HUIZINGA, J. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

OSTETTO, L. E. Texturas da prática: narrativas de uma pedagoga sobre arte na formação docente. Revista GEARTE, [S. l.], v. 8, n. 2, 2021. DOI: 10.22456/2357-9854.117514.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/gearte/article/view/117514>.

Disciplina: Fundamentos da educação da infância

Ementa: Criança e Infância: conceituação e delimitação de campos de estudo. Fundamentos e princípios da pedagogia para a infância. A criança nas sociedades nos



diferentes tempos e espaços históricos. Teorias pedagógicas sobre educação da infância. Função social das instituições educativas voltadas para a infância: creches; pré-escola e escola de ensino fundamental. A formação de professores para a infância: identidade e desenvolvimento profissional.

Bibliografia:

BOTO, C., ed. **Clássicos do pensamento pedagógico**: olhares entrecruzados. Uberlândia: EDUFU, 2019

CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: ArtMed, 2001.

CORSINO, Patrícia (org). **Educação Infantil: Cotidiano e políticas**. Campinas-SP Autores associados, 2009.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzato (Orgs.). **Pedagogia(s) da infância**: dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA; Zilma Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

Disciplina: Língua brasileira de sinais - libras

Ementa: TEORIA (50% CH): A importância do conhecimento e do desenvolvimento cultural da comunidade surda no mundo. Metodologias de ensino para surdos. A compreensão da Libras como língua natural e seus aspectos linguísticos morfofonológicos, sintáticos e semânticos. Letramento. A presença do intérprete. Legislação. PRÁTICA (50% CH): Expressões corpóreo-faciais e Campos semânticos: Alfabeto datilológico; Números; Saudações e gentilezas; Identificação Pessoal; Família; Ensino; Escola; Verbos; e vocabulário básico específico à área de formação de cada curso.

Bibliografia:

CAPOVILLA, F. C. et al. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos. v. I e II. São Paulo: USP, 2017.

FACUNDO, J. J.; VITALINO, C. R. A disciplina de Libras na formação de professores. Curitiba, PR: CRV, 2019. 109 p

QUADROS, R. M. de. Libras. 1 e. São Paulo: parábola, 2019. (Coleção Linguística para o Ensino Superior, v. 5). 192 p.

QUADROS, R. M. de; FINGER, I. Teorias de aquisição da Linguagem. Florianópolis: UFSC, 2017. 3 e.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.

VELOSO, É.; MAIA, V. Aprenda libras com eficiência e rapidez. 10.ed. Curitiba: Ed. Mãos Sinais, 2015. 228 p

Disciplina: Alfabetização e letramento I

Ementa: Aquisição e desenvolvimento da linguagem e da fala. As diferentes linguagens na constituição da criança como sujeito sócio-histórico e dialógico. A dimensão da linguagem nos campos de experiência. Dimensões lúdicas, estéticas, sonoras e gráficas da linguagem verbal na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental I.

Bibliografia

BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. de S. (Orgs.) **Ler e escrever na Educação Infantil**: discutindo práticas pedagógicas. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Linguagem oral e linguagem escrita na educação infantil**: práticas e interações. Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil. v.4. 1.ed. Brasília: MEC/SEB, 2016.



BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Ser criança na educação infantil: infância e linguagem.** Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil. V.2. 1.ed. Brasília: MEC/SEB, 2016.

SOARES, M. **Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** São Paulo: Contexto, 2020.

TRENTINI, Juliana. **Aprendendo a falar: do gugu-dadá ao mamãe me dá.** São Paulo: Much Editora, 2018.

Disciplina: Alfabetização e letramento II

Ementa: Ensino e aprendizagem inicial da língua escrita: concepções e práticas pedagógicas de alfabetização e letramento. Métodos de alfabetização: aspectos históricos e pedagógicos. Teoria psicogenética da língua escrita. Relações fonográficas do português brasileiro. Consciência fonológica. Variação linguística e alfabetização. Ortografia da língua portuguesa e seu ensino.

Bibliografia:

BOZZA, S.; ALMEIDA, G. de; CONDÉ, M.; COLLELO, S. G.; KAUFMAN, A. M.; STAMPA, M. **Alfabetização, letramento, leitura e produção de textos em sala de aula.** Belo Horizonte, MG: Conexa, 2011.

FARACO, C. A. **Linguagem escrita e Alfabetização.** São Paulo: Contexto, 2018.

FERREIRO, E.; TEBEROSKI, A. **A psicogênese da escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

MORTATTI, M. do R. L.; FRADE, I. C. A. da S. (Orgs.) **Alfabetização e seus sentidos: O que sabemos, fazemos e queremos?** São Paulo: Editora UNESP, 2014.

SOARES, M. **Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** São Paulo: Contexto, 2020.

Disciplina: Literatura infantil na escola

Ementa: Princípios históricos e teórico-metodológicos da literatura infantil. A formação do leitor de literatura infantil de diferentes faixas etárias. Literatura infantil e livros paradidáticos: as particularidades das obras para bebês e crianças nas diferentes faixas etárias. Repertórios de leitura literária e diversidade de suportes e linguagens

Bibliografia:

BAPTISTA, M. C. et al. (Orgs.) **Literatura na educação infantil: acervos, espaços e mediações.** Brasília: MEC, 2015.

COELHO, N. N. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática.** São Paulo: Moderna, 2000.

GIROTTO, C. G. G. S.; SOUZA, R. J. (Orgs.). **Literatura e educação infantil: para ler, contar e encantar.** Campinas - SP: Mercado de Letras, 2016.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: história e histórias.** São Paulo: Ática, 2007.

ROSA, E. C. de S.; DUBEUX, M. H. S. (Orgs.). **Abriu-se a biblioteca... Mitos, rimas, imagens, monstros, gente e bichos – Literatura na escola e na comunidade.** Recife: Editora UFPE, 2018. p. 28-49.

Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos da língua portuguesa

Ementa: Concepções de língua(gem), texto, gêneros discursivos e ensino da língua portuguesa. Fundamentos teóricos e metodológicos para a mediação da escuta, fala, leitura e produção de textos orais/escritos/multissemióticos e análise linguística/semiótica. Multiletramentos e cultura digital. Materiais e livros didáticos de Língua Portuguesa para os anos iniciais do Ensino Fundamental I. Avaliação em língua portuguesa.

Bibliografia:



ANGELO, C. M. P.; MENEGASSI, R. J.; FUZA, A. F. (Orgs.) Leitura e ensino de língua. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

ANTUNES, I. Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas. São Paulo: Parábola, 2017.

CARVALHO, R. S.; FERRAREZI JUNIOR, C. Oralidade na Educação Básica: O que saber, como ensinar. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 13-37.

COSTA-HÜBES, T. da C. (Org.) Práticas sociais de linguagem: reflexões sobre oralidade, leitura e escrita no ensino. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

ROJO, R.; MOURA, E. (Orgs.) Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos da matemática I

Ementa: Objetivos e função social dos conhecimentos matemáticos. Pressupostos teóricos e metodológicos dos conceitos matemáticos para a Educação Infantil. Planejamento, análise e escolha de estratégias relacionadas aos campos de experiência para a Educação Infantil que envolvem a matemática. Jogos, brincadeiras, resolução de problemas e outras tendências da Educação Matemática para abordar os conhecimentos matemáticos. A avaliação da aprendizagem matemática.

Bibliografia:

D'AMBROSIO, U. Educação Matemática: da teoria à prática. 10 ed. Campinas: Papirus, 2005.

KAMII, C. A criança e o número: implicação da teoria de Piaget. Papirus, 1988. PANIZZA, M. et al. Ensinar matemática na educação infantil e anos iniciais: análise e propostas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PARRA, C. et al. Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. TOLEDO, M. B. A;

TOLEDO, M. A. Teoria e prática de Matemática: como dois e dois. São Paulo, SP: FTD, 2010

Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos da matemática II

Ementa: Pressupostos teóricos e metodológicos dos conceitos matemáticos para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento, análise e escolha de estratégias para os anos iniciais do Ensino Fundamental. A relação entre o conhecimento matemático e a construção do conhecimento pela criança considerando seu desenvolvimento integral. O conhecimento matemático nas propostas apresentadas em currículos oficiais e nos livros didáticos.

Bibliografia:

D'AMBROSIO, U. Educação Matemática: da teoria à prática. 10 ed. Campinas: Papirus, 2005.

NUNES, T.; BRYANT, P. Crianças fazendo matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PANIZZA, M. et al. Ensinar matemática na educação infantil e anos iniciais: análise e propostas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SMOLE, K.; DINIZ, M. I. (Orgs.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades Matemáticas para aprender Matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001. SMOLE, K.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. Resolução de problemas: matemática de 0 a 6. Volume 2. Porto Alegre: Penso, 2000.

Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos das ciências naturais I

Ementa: Abordagens teórico-metodológicas das Ciências Naturais na Educação Infantil. Explorações e vivências na Natureza. Ciências Naturais e campos de experiência. Atividades investigativas de Ciências Naturais na creche e na pré-escola.



Alfabetização/Letramento científico. Alfabetização ecológica. Abordagem Ciência, Tecnologia e Sociedade

Bibliografia:

ARCE, A.; SILVA, D. A. S. M.; VAROTTO, M. Ensinando ciências na Educação Infantil. Campinas: Editora Alínea, 2011.
ASTOLFI, J. P.; DEVELAY, M. A didática das ciências. 16 ed. Campinas, 2012.
CAIXETA, M. E. C.; SANTOS, M. B. L. Ciências da Natureza na Educação Infantil. 2ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.
CAMPOS, M.C. C.; NIGRO, R.G. Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação. São Paulo: FTD, 1999.
VIVEIRO, A. A.; ZANCUL, M. C. S.; FERNANDES, R. C. A. Ensino de ciências para crianças: fundamentos, práticas e formação de professores. Itapetininga: Edições hipóteses, 2021.

Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos das ciências naturais II

Ementa: Ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental I. Alfabetização /Letramento científico. Alfabetização ecológica. Abordagem Ciência, Tecnologia e Sociedade. Ensino de Ciências por Investigação e Sequência de Ensino Investigativa. Ciências Naturais para os anos iniciais do Ensino Fundamental I: Sistema Solar; Corpo Humano e Saúde; Meio Ambiente e Sustentabilidade. Práticas pedagógicas para o Ensino de Ciências Naturais nos Anos Iniciais. Currículos oficiais e livros didáticos de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental I.

Bibliografia:

ASTOLFI, J. P.; DEVELAY, M. A didática das ciências. 16 ed. Campinas, 2012.
BRITO, L.O.; FIREMAN, E.C. Ensino de ciências por investigação: uma estratégia pedagógica para promoção da alfabetização científica nos primeiros anos do ensino fundamental. Revista Ensaio. Belo Horizonte, v.18, n.1, p. 123 – 146, jan./abr. 2016.
CAMPOS, M.C. C.; NIGRO, R.G. Didática de ciências: o ensino-aprendizagem com o investigação. São Paulo: FTD, 1999.
DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.
SILVA, J. A.; BARTELMEBS, R. C. Pesquisas e práticas para o ensino de ciências nos anos iniciais. Curitiba: CRV, 2014.

Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos da história I

Ementa: Pressupostos teóricos e metodológicos dos conceitos inerentes ao ensino de História na Educação Infantil. Função social do conhecimento em História. A natureza, o significado e os princípios básicos da História alicerçados na relação espaço-tempo e seus agentes sociais. As concepções e os rumos das práticas educativas recorrentes na contemporaneidade. A História nos campos de experiência na BNCC para a Educação Infantil. Propostas curriculares e didático-metodológicas para o ensino da História. Recursos didático-pedagógicos para o ensino de História.

Bibliografia:

BITTENCOURT, C. Conteúdos e métodos de ensino de História: breve abordagem histórica. In: Ensino e história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
FERMIANO, M. B.; SANTOS, A.S. Ensino de História para o Fundamental 1: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2014.
FINCO, D.; BARBOSA, M.C.S.; FARIA, A.L.G de (orgs). Campos de experiências na escola da infância: contribuições para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015.



GUIMARÃES, S. Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. Referenciais curriculares para a Educação Infantil. Ponta Grossa, PR, 2020.

Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos da história II

Ementa: Pressupostos teóricos e metodológicos dos conceitos inerentes ao ensino de História no Ensino Fundamental I. Função social do conhecimento em História. A natureza, o significado e os princípios básicos da História alicerçados na relação espaço-tempo e seus agentes sociais. As concepções e os rumos das práticas educativas recorrentes na contemporaneidade. A História nos campos de experiência na BNCC como componente curricular nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Propostas curriculares e didático-metodológicas para o ensino da História. Recursos didático-pedagógicos para o ensino de História. Planejamento e avaliação em História. O ensino de História na EJA.

Bibliografia:

BITTENCOURT, C. Conteúdos e métodos de ensino de História: breve abordagem histórica. In: Ensino e história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

FERMIANO, M. B.; SANTOS, A.S. Ensino de História para o Fundamental 1: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2014.

GUIMARÃES, S. Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. Referenciais curriculares para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Ponta Grossa, PR, 2020. URBAN, A. C.; LUPORINI, T. J. Aprender e ensinar história nos anos iniciais do Ensino Fundamental. São Paulo. Cortez, 2015.

Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos da geografia I

Ementa: Objetivos e função social do ensino de Geografia. Abordagem dos pressupostos teóricos e metodológicos dos conceitos inerentes ao ensino de Geografia para a Educação Infantil. A Geografia nos campos de experiência na BNCC para a Educação Infantil.

Bibliografia:

ALMEIDA, R. D. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola São Paulo: Contexto, 2019.

CASTELLAR, S. VILHENA, J. Ensino de Geografia. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

CASTROGIOVANNI, A. C. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. 5. ed. Porto Alegre: UFRS, 2010.

CAVALCANTI, L. S. O ensino de Geografia na escola. Campinas, SP: Papyrus, 2012

PONTUSCHKA, N. N. PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2007.

Disciplina: Fundamentos teórico-metodológicos da geografia II

Ementa: Objetivos e função social do ensino de Geografia. Abordagem dos pressupostos teóricos e metodológicos dos conceitos inerentes ao ensino de Geografia para a Educação Infantil. A Geografia nos campos de experiência na BNCC para a Educação Infantil.

Bibliografia:

ALMEIDA, R. D. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola São Paulo: Contexto, 2019.



ALMEIDA, R. D. Espaço e tempo na Educação Infantil. São Paulo: Contexto, 2014.
CASTELLAR, S. (org.). Educação geográfica: teorias e práticas docentes. São Paulo. Contexto, 2005.
CASTROGIOVANNI, A. C. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. 5. ed. Porto Alegre: UFRS, 2010.
PONTUSCHKA, N. N. PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2007.

Disciplina: Psicologia e processos de aprendizagem

Ementa: Contribuições da psicopedagogia e da neuropsicologia para a compreensão dos processos de aprendizagem. Dimensões do processo de aprendizagem: social, pedagógica, psicológica e orgânica. Desenvolvimento típico e atípico e aprendizagem escolar. Medicalização do fracasso escolar.

Bibliografia:

EIDT, N. M.; FERRACIOLI, M. U. O ensino escolar e o desenvolvimento da atenção e da vontade: superando a concepção organicista do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). In: ARCE, A.; MARTINS, L. M. (Orgs.). **Quem tem medo de ensinar na educação infantil?**: em defesa do ato de ensinar. Campinas: Alínea, 2007, p.99-129.
FONSECA, R. P. **Neuropsicologia Escolar**. In N. M. Dias & C. O. Cardoso. (Orgs.) Intervenção neuropsicológica infantil: Aplicações e Interfaces, Pearson, 2019.
SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar**: o problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 2002. Porto Alegre: Artmed, 2015.
WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.
VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas – Tomo V**: Fundamentos de defectología. Madrid: Visor, 1997.

Disciplina: Psicologia e comunidade

Ementa: Processos grupais, relações de poder e subjetividade em instituições escolares e não escolares. Processo educativos: família, comunidade e diversidade cultural.

Bibliografia:

BLEGER, J. **Temas de psicologia**: entrevista e grupos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2017.
LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2004.
PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
ZIMERMAN, D.; OSÓRIO, L. C. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Disciplina: Teorias e práticas de currículo

Ementa: Conceituações de currículo. Teorias de currículo. A produção do currículo nas propostas oficiais e no contexto da prática. Currículo e seus marcos legais. Diretrizes Curriculares Nacionais. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): introdução, fundamentos e estrutura. Análise de propostas curriculares da Educação Básica: currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha. Questões teórico- práticas do currículo na atualidade. As relações entre currículo, metodologia e avaliação. Currículo e diversidade cultural.

Bibliografia:



GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: ArtMed, 2014.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINARDES, J. **Escola em ciclos**: fundamentos e debates. São Paulo: Cortez, 2009.

Disciplina: Currículo e desenho universal para a aprendizagem

Ementa: Conceitos e princípios do desenho universal para aprendizagem – DUA. A organização do currículo a partir do DUA. A diferenciação e a flexibilização curricular para uma escola inclusiva. Multiformatos de produção e acesso ao conteúdo na Educação Básica. Análise e reflexão sobre as práticas e ações no interior da escola na perspectiva da construção de uma escola inclusiva Discussão sobre a avaliação, identificação de barreiras e a construção de soluções acessíveis no contexto escolar.

Bibliografia:

BETTIO, C. D. B.; MIRANDA, A. C. A.; SCHMIDT, A. **Desenho universal para a aprendizagem e ensino inclusivo na educação infantil**. Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2021. Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/646.

GÓES, A. R. T.; COSTA, P. K. A. da (org). **Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem**: fundamentos, práticas e propostas para Educação Inclusiva – vol 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

PLETSCH, M. D. et al. **Acessibilidade e Desenho Universal na Aprendizagem**. Editora: Encontrografia Editora/Coeditora: ANPEd.2021.

PRAIS, J. L. de S. **Das intenções à formação docente para a inclusão**: contribuições do Desenho Universal para a Aprendizagem. Curitiba: Appris, 2017.

SEBASTIÁN-HEREDERO, E.; PRAIS, J. L. S.; VITALINO, C. R. **Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)**: uma abordagem curricular inclusiva. Editora De Castro: São Paulo. 2022.

Disciplina: Orientação do trabalho de conclusão de curso

Ementa: Planejamento, organização e desenvolvimento do trabalho de Conclusão de Curso(TCC). Aprofundamento teórico-metodológico da pesquisa, com ênfase na pesquisa educacional. A organização de texto científico e/ou produto educacional. Elaboração e apresentação dos resultados finais por meio dos produtos referenciados nas normas do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BERTHOLINO, M.L. F. et al. (org.) Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos. 4 ed. Editora UEPG, 2019.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó : Argos, 2012.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GRUPO 2B - DISCIPLINAS DE DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO (OBRIGATORIAS 315h)

Disciplina: Metodologia de pesquisa em educação



Ementa: Conhecimento científico. O papel e a importância da pesquisa na Universidade e na sociedade. Abordagens teórico-metodológicas de pesquisa em Educação. Aspectos gerais do trabalho científico: estrutura, forma e conteúdo. Processos e técnicas de elaboração do trabalho científico. Diretrizes metodológicas para a leitura, compreensão e documentação de textos e elaboração de seminários, artigo científico, resenha e monografia. Características gerais do projeto de pesquisa.

Bibliografia:

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

GIL, A. C. Como fazer pesquisa qualitativa. Barueri: Atlas, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

Disciplina: Educação das relações étnico-raciais

Ementa: A educação e as relações raciais e étnicas no Brasil. Conceitos de raça e etnia, racismo, preconceito e discriminação. História e prática das leis 10.639/03 e 11.645/08. Legislação educacional específica sobre estudo das contribuições africanas, afrodescendentes e indígenas. História e cultura africana e indígena. A formação do professor e a compreensão das Relações Étnico-Raciais

Bibliografia:

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica:** Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica, 2012.

GOMES, N. L. (Org.); SILVA, P. B. G. e (Org.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores.** 3a. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 116p

FERNANDES, F. **A Integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Globo, 2008.

MUNANGA, K. (coord.). **Superando o Racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PEREIRA, A. A. & MONTEIRO, M. A (Orgs.) **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

Disciplina: Organização da prática pedagógica na educação infantil

Ementa: Teoria e prática no cotidiano da educação infantil. Prática pedagógica na creche e na pré-escola tendo como eixo as interações e brincadeiras. O tempo e o espaço: as rotinas na Educação Infantil. Participação e construção do conhecimento pela criança. Linguagens e interações das crianças e a mediação do professor. Campos de experiências e prática pedagógica na Educação Infantil. Relação creche e pré-escola, família e comunidade. Crianças, infâncias e educação infantil em diferentes realidades e contextos.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica.**—Brasília: MEC, SEB, 2010. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. FINCO, D.; BARBOSA, M. C. S.; FARIA, A. L. G. (orgs). Campos de



experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015 OSTETTO, L. E.. No tecido da documentação, memória, identidade e beleza. In: OSTETTO, L. E. (Org). Registros na Educação Infantil: Pesquisa e prática pedagógica. Campinas, SP: Papyrus, 2017. REDIN, M. M. et al. Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre, RS: Editora Mediação, 2013.

Disciplina: Trabalho e educação

Ementa: A organização da sociedade capitalista pelo trabalho e suas implicações na educação e na escola. Relações entre as transformações no mundo do trabalho e a educação escolar no Brasil. A relação entre formação e qualificação para o trabalho. A exploração do trabalho infantil. Trabalho feminino e educação. Trabalho, educação e movimentos sociais.

Bibliografia:

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

FORTUNATO, S. A. de O. **Infância, educação e trabalho:** o (des)enrolar das políticas públicas para a erradicação do trabalho infantil no Brasil. Curitiba: Appris Editora, 2018.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n. 132, p. 595-609, set-dez, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/abstract/?lang=pt>.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983, Vol. 1, tomo 1.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo, 2008.

Disciplina: Políticas e programas para a educação básica

Ementa: Estudo sobre Políticas e/ou Programas propostos para a Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Análise da realidade educacional (brasileira, estadual e local) para atendimento das demandas da educação Infantil, anos iniciais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos e sua relação com o debate sobre a qualidade da educação. Temas emergentes para a definição de políticas e programas educacionais.

Bibliografia:

CAMPOS, M. A. T.; SILVA, M. R. (orgs.). **Educação, movimentos sociais e políticas governamentais.** Curitiba: Appris, 2017.

CASSIO, F. (org.). **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

PACIEVITCH, T.; EYNG, A. M. **O direito à educação de qualidade social:** desafios das políticas e das práticas no contexto escolar. Curitiba: Appris, 2021.

FERREIRA, E. B.; FONSECA, M. (ORGS). **Política e planejamento educacional no Brasil do século 21.** Brasília: Liber Livro, 2013.

LIBERATI, W. D. (org.). **Direito à educação:** uma questão de justiça. São Paulo: Malheiros, 2004.

Disciplina: Educação de jovens, adultos e idosos

Ementa: Trajetória histórica e política da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) no Brasil. Legislação Educacional que regulamenta a EJAI. Proposta curricular para a EJAI e suas várias dimensões. As metodologias do trabalho docente para a EJAI. A formação de educadores para a EJAI. O processo de avaliação da aprendizagem na EJAI.

Bibliografia:



- ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite: Do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- BARCELOS, Valdo. **Formação de professores para a Educação de jovens e Adultos**. 6ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014
- BARCELOS, Valdo. **Educação de jovens e adultos: currículo e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- BENVENUTI, Juçara. [Educação de qualidade para EJA: metodologias e currículos inovadores](#). Curitiba: Appris, 2021.
- CACHIONI, M.; TODARO, M. A. **Política Nacional do Idoso: Reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal**. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. Política Nacional do Idoso: Velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 175- 263.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- MACHADO, C. C. A. C. **O empoderamento de idosos na escolarização da EJA do núcleo de estudos da terceira idade**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. 242fl.
- OLIVEIRA, Elisângela; FERREIRA, Eliza. [O currículo integrado na educação de jovens e adultos: teorias e concepções](#). eBook Kindle. 2020

GRUPO 2B - DISCIPLINAS DE DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO (Escolher duas no 2º semestre da 4ª série - 90h)

Disciplina: Neurociências e educação

Ementa: A articulação entre neurociência e educação. Organização e desenvolvimento do sistema nervoso e a neuroplasticidade. Atenção, funções executivas, memória de trabalho, memória e suas implicações nos processos de aprendizagem no contexto escolar. A emoção e suas relações com a cognição. Desenvolvimento neurotípico e neuroatípico, transtornos do neurodesenvolvimento e dificuldades escolares.

Bibliografia:

- ALENCAR, H. F. et al. Neurodiversidade: aspectos históricos, conceituais e impactos na educação escolar. E-book VII CONEDU 2021 - Vol 02... Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82221> Acesso em: 9 Ago. 2023.
- ALVES, L. E.; MONTEIRO, B. M. M.; SOUZA, J. C. Comparação da classificação dos transtornos do desenvolvimento infantil por meio do DSM-5, CID-10 e CID-11. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e6579109058, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9058/8047> Acesso em: 9 Ago. 2023.
- AMARAL, A.L.N.; GUERRA, L.B. **Neurociência e educação: olhando para o futuro da aprendizagem**. Brasília: SESI/DN, 2022. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/22/e7/22e7b00d-9ff1-474a-bb53-fc8066864cca/neurociencia_e_educacao_pdf_interativo.pdf Acesso em: 9 Ago. 2023.
- FONSECA, R. P. **Neuropsicologia Escolar**. In N. M. Dias & C. O. Cardoso. (Orgs.) *Intervenção neuropsicológica infantil: Aplicações e Interfaces*, Pearson, 2019.
- ROTTA, Newra T., OHLWEILER, Lygia, RIESGO, Rudimar dos S. (orgs.). **Transtornos de Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

Disciplina: Jogos, brincadeiras e inclusão

Ementa: Fundamentos, princípios básicos, processo de ensino e aprendizagem, funções e possibilidades dos jogos e brincadeiras para a Educação. O lúdico como prática cultural. Os brinquedos tradicionais, contemporâneos e adaptados para a inclusão.



Bibliografia:

ABRANTES, Karla. A importância dos jogos didáticos no processo de ensino aprendizagem para deficientes intelectuais. Campina Grande, 2010.
BARROS, J.M.G. Jogo Infantil e Hiperatividade. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.
BROUGERE, Gilles. Brinquedo e cultura. Coleção Questões da nossa época, nº São Paulo: Cortez, 2004.
FROEBEL, Friedrich. Uma pedagogia do brincar para infância. Porto Alegre: Artmed, 1992.
KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.): Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Disciplina: Psicologia da adolescência

Ementa: Adolescência como fenômeno histórico- cultural. Adolescência e desenvolvimento humano: aspectos orgânicos, sociais e psicológicos. Educação e atuação docente junto a adolescentes: 68h sexualidade e gênero, questões étnico- raciais, saúde mental e drogadição na adolescência. Trabalho e escolha profissional. Aspectos legais de proteção ao adolescente.

Bibliografia:

ANJOS, R. E.; DUARTE, N. A adolescência inicial: comunicação íntima pessoal, atividade de estudo e formação de conceitos. In: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (Orgs.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico:** do nascimento à velhice. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.
BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Caderno Cedes**, v. 24, n. 62, Campinas, abril 2014, p. 26-43. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/znYxDSw7jfGgv4LTKbbS8Tj/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 02/02/2023.
CHECCHIA, A. K. A.; SOUZA, M. P. R. Adolescência e escolarização: tensões e desafios nas relações pedagógicas entre educadores e estudantes. In: LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D.; SOUZA, M. P. R. (Orgs.). **Adolescência em foco:** contribuições para a Psicologia e para a Educação. Maringá: EDUEM, 2014.
LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D. Adolescência: superando uma visão biologizante a partir da psicologia histórico-cultural. In: LEAL, Z. R. F. G.; FACCI, M. G. D.; SOUZA, M. P. R. (Orgs.). **Adolescência em foco:** contribuições para a psicologia e para a educação. Maringá: Eduem, 2014.
VYGOTSKI, L. S. Desarrollo de los intereses en la edad de transición. In: _____. **Obras escogidas:** psicologia infantil. Tomo IV. Madri: Visor, 1996.

Disciplina: Psicologia, desenvolvimento e aprendizagem na primeira infância

Ementa: Aportes acerca do desenvolvimento biopsicossocial do bebê e da criança pequena. Fatores de promoção e de risco para o desenvolvimento na primeira infância. A maternagem e seu impacto para o desenvolvimento do bebê. Cognição, afetividade e psicomotricidade na primeira infância. O papel dos jogos e das brincadeiras sob a perspectiva da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem.

Bibliografia:

FONTANA, Roseli; CRUZ, Nazaré. **Psicologia e trabalho pedagógico.** São Paulo: Atual, 2013.
KLEIN, Melanie. **Inveja e gratidão e outros trabalhos 1946-1963.** Rio de Janeiro: Imago, 1991.
PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.



SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz; MARTINEZ, Marta Rabadán; PEÑALVER, Iolanda Vives. **A psicomotricidade na educação infantil**: uma prática preventiva e educativa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

Disciplina: Educação, diversidade sexual e sexualidade humana

Ementa: A sexualidade e o gênero como construções históricas, sociais, culturais, políticas e discursivas em diferentes fases do desenvolvimento humano. Abordagens contemporâneas e práticas educativas no campo da diversidade sexual e equidade de gênero. Violências de gênero, efeitos psíquicos e o papel da educação ao longo do desenvolvimento humano. O papel da escola na prevenção da violência e da exploração sexual.

Bibliografia:

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Ministério da Educação. Brasília, 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 9 ago. 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. José Olympio, 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GREGORI, M. F. **Prazeres perigosos**: erotismo, gênero e limites da sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Disciplina: Educação, diversidade e cidadania

Ementa: Cidadania, diversidade e Educação em Direitos Humanos. Educação intercultural e interseccionalidade. Enfrentamento da violência e discriminação. A educação escolar para a diversidade; racismo estrutural; diversidade religiosa; migração e refúgio; diversidade e relações intergeracionais.

Bibliografia:

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIDEKUM, Antônio (Org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Unijuí, 2003.

Disciplina: Educação em espaços não-formais

Ementa: Educação Não-Formal, Educação Social e Educação Popular na América Latina e no Brasil, sua epistemologia. O trabalho de pedagogas e pedagogos nos diferentes espaços educativos junto às crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Animação Socio-cultural. Abordagem da educação nas políticas de Assistência Social.

Bibliografia:

BRANDÃO, C. R. **O Que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. SP: Paz e Terra, 1987.



PAIVA, J. S. **Caminhos do Educador Social no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa, Horizonte, 1984.
VAZQUEZ, A.S. **Filosofia da práxis**, SP: Paz e Terra, 1977.

Disciplina: Direito educacional

Ementa: Relações entre direito e educação. Princípios do direito aplicados à educação. O direito como realização da política educacional. As relações educacionais, públicas e privadas, no Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Civil e Código de Defesa do Consumidor. O processo de judicialização das relações escolares e decisões pertinentes.

Bibliografia:

FERREIRA, D. (org.). **Direito educacional:** temas educacionais contemporâneos. Curitiba: CRV, 2020.
FERREIRA, L. A. M. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o professor:** reflexos na sua formação e atuação. São Paulo: Cortez, 2008.
KOZEN, A. A. (org.) **Pela justiça na educação**. Brasília; MEC-FUNDESCOLA. 2000.
LIBERATI, W. D. (org.). **Direito à educação:** uma questão de justiça. São Paulo: Malheiros, 2004.
SILVA, P. V. B.; LOPES, J. E.; CARVALHO. A. (orgs). **Por uma escola que protege:** a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Ponta Grossa: UEPG; Curitiba, Catedra UNESCO de cultura da Paz UFPR, 2008.

Disciplina: Práticas educativas do/no campo

Ementa: Educação Rural e Educação do Campo no Brasil. Movimentos Sociais e Educação no Brasil. Práticas educativas nas escolas públicas do/no campo. Concepção de campo e de povos do campo nos materiais didáticos. Legislação e diretrizes curriculares da Educação Rural e da Educação do Campo no Brasil. Escolas multisseriadas e escolas consolidadas no campo. Políticas educacionais da Educação do Campo. Gestão escolar no campo. Políticas de consolidação e fechamento de escolas no campo.

Bibliografia:

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). Dicionário-da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
MOLINA, M. C. ; ANTUNES-ROCHA, M. I. Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o Pronerae o Procampo. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253,jul./dez. 2014. Disponível em :<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5252/3689>. Acesso em: 12jul.2023.
MOLINA, M. C.. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. Educar em Revista, Curitiba, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015.
PALUDO, C. (org.). Campo e Cidade: em busca de caminhos comuns. Pelotas: E ditorada UFPel, 2014.
II PNERA – Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária. Brasília, junho de 2015. Disponível em.Acesso em 25 jul. 2023. SOUZA, M. A. A Educação do Campo no Brasil. In:
SOUZA, E. C.; CHAVES, V. L. J.(orgs.). Documentação, memória e história da educação no Brasil: diálogo sobrepolíticas de educação e diversidade. v. 1. Tubarão: Copiart, 2016. P. 133-157.
SOUZA, M. A. de; PAULA, R. A. da C. PRONERA: DA POLÍTICA PÚBLICAÀPRÁXISPEDAGÓGICA NAS ESCOLAS DO CAMPO. Revista Inter Ação,



Goiânia, v. 47, n. 2, p.359–373, 2022. DOI: 10.5216/ia.v47i2.72158. Disponível em:<https://revistas.uepg.br/interacao/article/view/72158>. Acesso em: 31 jul. 2023

Disciplina: Violência e indisciplina na escola

Ementa: Violências, bullying e (in)disciplina no contexto escolar contemporâneo. Violência e indisciplina e suas implicações nos processos de gestão da escola, currículo e na relação família-escola. Gestão da (in)disciplina em sala de aula: contratos pedagógicos, assembleias de classe e resolução de conflitos. A organização escolar e o enfrentamento da violência e da indisciplina.

Bibliografia:

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. Violências nas escolas. 3ª ed. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2004.
FERNÁNDEZ, I. Prevenção da violência e solução de conflitos: o clima escolar como fator de qualidade. São Paulo: Madras, 2005.
GOTZENS, C. A disciplina escolar: prevenção e intervenção nos problemas de comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2003.
TIGRE, M. G. E. S. Gestão das relações educativas no espaço escolar. Ponta Grossa: Editora UEPG/UAB, 2010.
VASCONCELOS, C. S. Indisciplina e disciplina escola: fundamentos para o trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2009.

Disciplina: Direção da unidade escolar

Ementa: Política educacional, administração escolar e o papel do diretor de unidade escolar na Educação Básica. A gestão e o clima organizacional da escola. O financiamento da educação e a gestão financeira da escola. A gestão escolar democrático-participativa e as instâncias colegiadas e de participação da comunidade (Conselho Escolar, APMFe Conselho de Classe). A gestão gerencialista e a reconfiguração do trabalho do diretor escolar.

Bibliografia:

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia, Heccus, 2013.
OLIVEIRA, A. C. P.; CARVALHO, C. P. Gestão escolar, liderança do diretor e resultados educacionais no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.23, p.15-16, 2018.
PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez.2010.
SOUZA, A. R.; OLIVEIRA, A. C. P. de; CARVALHO, C. P. de. Como os estados e os municípios capitais no Brasil regulamentam as competências do diretor escolar. Práxis Educativa, v. 18, p. 1–19, 2023. DOI: 10.5212/Prax Educ.v.18.21069.030.
WERLE, F. O. C.; MANTAY, C.; ANDRADE, A. C. Direção de escola básica em perspectiva municipal. Educação, Porto Alegre, v.32, n.2, p.139-149, maio/ago. 2009

Disciplina: Avaliação em larga escala

Ementa: A pesquisa sobre avaliação em larga escala no Brasil. Características gerais das políticas de avaliação em larga escala nacional, estaduais e municipais. Matrizes e instrumentos de avaliação em larga escala. Escalas de proficiência e interpretação pedagógica dos resultados das avaliações de sistemas. Efeitos das avaliações em larga escala na gestão educacional, no contexto da gestão escolar e da docência.

Bibliografia:

BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Org.). Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. Florianópolis: Insular, 2013.



BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. (org.). Avaliação Educacional: interfaces de conceitos, termos e perspectivas. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2020. DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. A qualidade da educação: conceitos e definições. Brasília: Inep, 2007. p. 5-34.

FREITAS, D. M. A avaliação da educação básica no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

WERLE, F. O. (org.). Avaliação em larga escala. Brasília: Liber Livro, 2010.

Disciplina: Formação do professor unidocente da infância

Ementa: O conceito de docência e sua característica como práxis social. Profissionalidade: A formação e a construção da identidade do professor unidocente. A atuação unidocente e o currículo dos anos iniciais da Educação Básica. Princípios da atuação unidocente: interatividade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. A unidocência e a gestão da sala de aula.

Bibliografia:

MORAES, M. C. Transdisciplinaridade, criatividade e educação: fundamentos ontológicos e epistemológicos. São Paulo: Papyrus, 2015.

NICOLESCU, B. O manifesto da transdisciplinaridade. Lisboa: Hugin, 2000.

RIOS, T. A. Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHÖN, D. Educando o profissional reflexivo. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

TARDIF, M.; LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2005.

Disciplina: Concepções e práticas em educação infantil

Ementa: As crianças e seus modos de viver a infância: campo/cidade, centro/periferia. Infância e vulnerabilidades. Participação e construção do conhecimento pela criança: as pedagogias participativas. O brincar nas culturas infantis. Pressupostos teórico-práticos do trabalho pedagógico na creche e na pré-escola. Linguagens e interações das crianças e a mediação do professor. Proposta pedagógica da Educação Infantil e a BNCC. Pesquisa, construção, exploração de materiais para o trabalho pedagógico com crianças.

Bibliografia:

AGOSTINHO, K. A. A educação infantil com a participação das crianças: algumas reflexões. Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional, [S. l.], v.6,n. 1, p. 69–86, 2016. DOI: 10.25757/invep.v6i1.90. Disponível em: <https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/90>. Acesso em: 7 ago. 2023. BRASIL.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica.–Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

CAMPOS, M. M. Infância como construção social: contribuições do campo da Pedagogia. In: VAZ, Alexandre Fernandez et al. (Orgs.). Educação Infantil e sociedade: questões contemporâneas. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012. p. 11-20.

KUHLMANN JR. M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. 7ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

GRUPO 3A - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Disciplina: Estágio curricular supervisionado em docência na educação infantil - creche I

Ementa: O cotidiano na Educação Infantil. Concepções educacionais e objetivos da Creche. Práticas pedagógicas com as crianças de 0 a 3 anos. Concepções educacionais e objetivos



da Creche. Trabalho pedagógico na etapa da creche. Documentação e análise crítico-reflexiva do processo de estágio vivenciado.

Bibliografia:

BANDIOLI, A. MANTOVANI, S. Manual de Educação Infantil: 0 a 3 anos. 9ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica.–Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

FOCHI, P.. Afinal, o que os bebês fazem no berçário? Comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva. Porto Alegre, Penso, 2015.

PILONETTO, R. de F. R.; CONCEIÇÃO, C. M. C. (org.) Formação de professores na Educação Infantil: Práticas e concepções pedagógicas. Jundiaí - SP: Palco Editora, 1ed. 2023.

Disciplina: Estágio curricular supervisionado em docência na educação infantil - creche II

Ementa: O cotidiano na Educação Infantil. Práticas pedagógicas com as crianças de 0 a 3 anos. Propostas de intervenção com grupos de bebês e crianças bem pequenas. Materiais didático-pedagógicos para o trabalho com bebês e crianças bem pequenas. O trabalho pedagógico na etapa da creche. Documentação e análise crítico-reflexiva do processo de estágio vivenciado.

Bibliografia:

BANDIOLI, A. MANTOVANI, S. Manual de Educação Infantil: 0 a 3 anos. 9ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica.–Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

FOCHI, P.. Afinal, o que os bebês fazem no berçário? Comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva. Porto Alegre, Penso, 2015.

PILONETTO, R. de F. R.; CONCEIÇÃO, C. M. C. (org.) Formação de professores na Educação Infantil: Práticas e concepções pedagógicas. Jundiaí - SP: Palco Editora, 1ed. 2023.

Disciplina: Estágio curricular supervisionado em docência na educação infantil - pré-escola I

Ementa: O cotidiano na Educação Infantil. Concepções educacionais e objetivos da Pré-escola Práticas pedagógicas na pré-escola. Organização do trabalho pedagógico na etapa da pré-escola. Documentação e análise crítico-reflexiva do processo de estágio vivenciado.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica.–Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

CAMARGO, G. B.; GARANHANI, M. C. O corpo criança na travessia da educação infantil para os anos iniciais do ensino fundamental. Educação e Pesquisa, v. 48, p. e239129, 2022.

DRUMOND, V. Estágio e docência na Educação Infantil: questões teóricas e práticas. Revista Olhar de Professor. Ponta Grossa, v. 22, 2019.

DOI: <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.22.0003>



SEARA, I. C.; DIAS, M. de F. S.; OSTETTO, L. E.; CASSIANI, S. (orgs). Práticas pedagógicas e estágios: diálogos com a cultura escolar. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008.

Disciplina: Estágio curricular supervisionado em docência na educação infantil - pré-escola II

Ementa: O cotidiano na Educação Infantil. Práticas pedagógicas na pré-escola. Intervenção na pré-escola. Materiais didático-pedagógicos para o trabalho na pré-escola. Documentação e análise crítico-reflexiva do processo de estágio vivenciado.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica.–Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

DRUMOND, V. Estágio e docência na Educação Infantil: questões teóricas e práticas. Revista Olhar de Professor. Ponta Grossa, v. 22, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.22.0003>

SEARA, I. C.; DIAS, M. de F. S.; OSTETTO, L. E.; CASSIANI, S. (orgs). Práticas pedagógicas e estágios: diálogos com a cultura escolar. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008.

ZABALZA, Miguel Angel. Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed. 2004.

Disciplina: Estágio curricular supervisionado em docência nos anos iniciais do ensino fundamental 1º Ciclo I

Ementa: Estágio Curricular com supervisão indireta. Realidade escolar dos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Concepções educacionais e objetivos vigentes nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Práticas pedagógicas que envolvemos processos de alfabetização e letramento. Práticas pedagógicas que articulam áreas de conhecimento do currículo prescrito.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEBn. 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9(nove) anos. Disponível em: www.mec.gov.br/cne.

FORMOSINHO, J. O.; KISHIMOTO, T. M.; INAZZA, M. A. Pedagogia(s) da infância .Dialogando com o passado construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. Referenciais Curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ponta Grossa, PR, 2020. SOARES, M. Alfabetização e Letramento. SP: Editora Contexto, 2018.

ZABALZA, M. A. Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Disciplina: Estágio curricular supervisionado em docência nos anos iniciais do ensino fundamental 1º ciclo II

Ementa: Estágio Curricular com supervisão indireta. Projetos de intervenção no espaço escolar referentes a alfabetização e ao letramento. Práticas pedagógicas que articulam áreas de conhecimento do currículo prescrito nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Transição entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Recursos e materiais didático-pedagógicos pertinentes ao trabalho docente nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Processo de estágio vivenciado.



Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEBn. 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9(nove) anos. Disponível em: www.mec.gov.br/cne.

FORMOSINHO, J. O.; KISHIMOTO, T. M.; INAZZA, M. A. Pedagogia(s) da infância. Dialogando com o passado construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. Referenciais Curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ponta Grossa, PR, 2020.

SOARES, M. Alfabetização e Letramento. SP: Editora Contexto, 2018.

ZABALZA, M. A. Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Disciplina: Estágio curricular supervisionado em docência nos anos iniciais do ensino fundamental 2º Ciclo I

Ementa: Estágio Curricular com supervisão indireta. Realidade escolar das turmas de quartos e quintos anos do Ensino Fundamental. Concepções educacionais e objetivos vigentes dos quartos e quintos anos do Ensino Fundamental. Práticas pedagógicas que articulam áreas de conhecimento do currículo prescrito.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEBn. 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9(nove)anos. Disponível em: www.mec.gov.br/cne.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. RJ: Paze Terra, 2021.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. Referenciais Curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ponta Grossa, PR, 2020.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes: 2002.

Disciplina: Estágio curricular supervisionado em docência nos anos iniciais do ensino fundamental 2º Ciclo II

Ementa: Estágio Curricular com supervisão indireta. Projetos de intervenção no espaço escolar referentes à interatividade, à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade. Recursos e materiais didático-pedagógicos pertinentes ao trabalho docente nas turmas de quartos e quintos anos do Ensino Fundamental. Processo de estágio vivenciado

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEBn. 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9(nove) anos. Disponível em: www.mec.gov.br/cne.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. RJ:Paze Terra, 2021.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. Referenciais Curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ponta Grossa, PR, 2020.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes: 2002.

GRUPO 3B - PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Disciplina: Pesquisa e prática pedagógica I

Ementa: Pedagogia: natureza, concepções, finalidades e sua história. Identidade do Pedagogo. Práxis, Prática Educativa, Prática Pedagógica. Investigações da prática



pedagógica na escola sob determinações internas e externas: currículo; espaços e tempos de aprendizagem; processos avaliativos; gestão escolar em articulação com a disciplina da série; relação escola-comunidade; projeto político-pedagógico.

Bibliografia:

ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. Porto Alegre: Artmed, 2018.
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra: 2019.
PIMENTA. S. G. (Org.) Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2015.
VÁZQUEZ, A. S. O que é práxis. In: _____. Filosofia da Práxis. São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp. 219 - 237.
VEIGA, I. P. A; RESENDE, L. M. G. (Orgs.). Escola: espaço do projeto político pedagógico. Campinas: Papyrus, 2020.

Disciplina: Pesquisa e prática pedagógica II

Ementa: Prática Pedagógica na escola e relações com o contexto cultural, histórico, político e social. Conhecimento e função social da escola. Concepção de educação e determinações à prática pedagógica. Escola, cotidiano e processo de ensino-aprendizagem.

Bibliografia:

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. OLIVEIRA, J. F. de. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (orgs). Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
RIBEIRO, M. L. S. Educação escolar e práxis. São Paulo: Iglu, 1991.
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis/ R. J.: Vozes: 2002.
VÁZQUEZ, A. S. Filosofia da práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

Disciplina: Pesquisa e prática pedagógica III

Ementa: Produção do conhecimento sobre a prática pedagógica na escola e fora dela. Afunçãoda produção do conhecimento para a prática pedagógica. Elaboração doprojetodepesquisa sobre problemas educacionais. Ações extensionistas a partir dostemaselencados para pesquisa.

Bibliografia:

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria da educação e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
BORTONI-RICARDO, S. M. O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.
GAMBOA, S. S. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.
GONSALVES, E. P. Iniciação à pesquisa científica. Campinas: Alínea, 2003.
MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Disciplina: Pesquisa e prática pedagógica IV

Ementa: Temas emergentes que interferem na organização escolar e no exercício da docência. Investigação da prática pedagógica e práticas de gestão na escola. Problematisação de práticas de gestão escolar, no âmbito da direção e da coordenação pedagógica, nos níveis e modalidades da educação básica. Articulação teórico prática entre gestão educacional, gestão escolar e os temas que permeiam a educação nacional e internacional.

Bibliografia:



LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4ed. Goiânia:Alternativa, 2001.

MACHADO, G. E.; OLIVEIRA, W. M. F. de. (Orgs.). Temas emergentes à educação: docências em movimento no contexto atual. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

MIZUKAMI, M. da G. N; REALI, A. M. de M. R. (Orgs). Formação de Professores, práticas pedagógicas e escola. São Carlos: EduUFSCAR, 2002. PIMENTA, S. G.; SEVERO, J. L. R. (Orgs.). Pedagogia: teoria, formação, profissão. São Paulo: Cortez, 2021.

UNESCO. Global education monitoring report, 2023: technology in education: atoolon whose terms? Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization,2023.

GRUPO 4 – GESTÃO EDUCACIONAL

Disciplina: Gestão educacional I

Ementa: A escola como construção histórica, seus sujeitos, organização e cultura, suas relações de determinação pela política educacional e o entorno social. Paradigmas da gestão educacional (gestão autocrática, autogestão, gestão democrática e gerencialismo) e a constituição da escola contemporânea: trajetória, necessidades e repercussões para o trabalho do pedagogo. Órgãos colegiados e de participação da comunidade escolar: conselho escolar, conselho de classe, APMF e Grêmio Estudantil. A equipe de gestão escolar como articuladora dos processos de participação na escola pública.

Bibliografia:

DRABACH, N. P. Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil a os escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades. 2009. 81 f. Monografia (Especialização em gestão educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia, Heccus, 2013.

LUIZ, M. C. Conselho escolar: algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010.

PARO, V. H. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2015.

SILVA, M. A.; PEREIRA, R. S. (orgs.). Gestão escolar e o trabalho do diretor. Curitiba: Appris, 2018.

Disciplina: Gestão educacional II

Ementa: A gestão escolar e suas interfaces com a gestão educacional e as políticas educacionais. Relação público x privado, gerencialismo na educação e repercussões para a organização escolar e o trabalho do pedagogo. O projeto político pedagógico e seu significado na gestão democrática da escola. A escola como espaço da formação continuada de professores e o trabalho do pedagogo.

Bibliografia:

DOMINGUES, I. O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola. São Paulo: Cortez, 2015.

GANDIN, D. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. Porto Alegre, Currículo Sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.81-95, jan/jun, 2001.

LAVAL, C. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

VEIGA, I. P. A. REZENDE, L. M. R. (Orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papyrus, 1998

Disciplina: Gestão educacional III

Ementa: A coordenação do trabalho pedagógico frente às diversas formas de violências. Consequências das violações de direitos e vulnerabilidades no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes. A atuação interdisciplinar e intersetorial do pedagogo escolar e



a rede de proteção e apoio. A relação família-escola e a promoção do desenvolvimento integral da infância e da juventude.

Bibliografia:

ABRAMOVAY, M. CASTRO M. G. PINHEIRO L. C. LIMA F. S. MARTINELLI C. C. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO; 2002.

BAPTISTA, M. V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº. 109. São Paulo: Cortez, 2012.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cadernos de Saúde Pública, Brasília, v. 34, n. 3, p. 1-14, 26 mar. 2018.

DAYRELL, J. Escola e culturas juvenis. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. deC. (orgs.). Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez; Ação Educativa; Fundação Friedrich Ebert, 2003.

SIERRA V. M, MESQUITA, W. A. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. São Paulo em Perspectiva, 2006.

Disciplina: Planejamento e Avaliação

Ementa: Considerações sobre o planejamento da Educação Básica no Brasil. Avaliação como política numa perspectiva histórica e conceitual. Vertentes teóricas da avaliação educacional. Funções da avaliação educacional. Avaliação em larga escala. Aspectos metodológicos de avaliação educacional. Indicadores e qualidade em educação. Análise de experiências e práticas vigentes em avaliação educacional na Educação Básica. Metodologia para avaliação institucional.

Bibliografia:

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional:** regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. R. (Orgs.) **Ciclo de debates:** vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: origem e pressupostos. Florianópolis: Insular, 2013. 192 p. v. 1.

BRANDALISE, M. A. T. (org.). **Avaliação educacional:** interfaces de conceitos, termos e perspectivas. Ponta Grossa:UEPG, 2020.

CAPPELLETTI, I. F. Opções metodológicas em avaliação: saliências e relevâncias no processo decisório. **Revista Roteiro**, Joaçaba, v.37, n. 2, p. 211-226, jul./dez. 2012.

FERREIRA, E. B.; FONSECA, M. (Orgs.) **Política e planejamento educacional do século 21.** Brasília: Liber Livro, 2013.

Disciplina: Estágio curricular supervisionado em gestão educacional I

Ementa: Conjuntura política (nacional/estadual) do sistema de ensino dos Anos finais do Ensino Fundamental e Médio e sua relação com a gestão educacional e escolar. Realidade escolar e as dimensões administrativa, pedagógica e de articulação da comunidade escolar

Bibliografia:

DOMINGUES, I. O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola. São Paulo: Cortez, 2015.

DOURADO, L. F (org.). PNE, políticas e gestão da Educação: novas formas de organização e privatização. Brasília: Anpae, 2020.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade. Revista Múltiplas leituras, v. 1, n. 1, p. 117-131, jan. / jun.2008.

GHEDIN, E.; OLIVEIRA, E. S.; ALMEIDA, W. A. de. Estágio com pesquisa. São Paulo:Cortez, 2015.



PINTO, U. A. Pedagogia escolar: coordenação pedagógica e gestão educacional. São Paulo: Cortez, 2011.

Disciplina: Estágio curricular supervisionado em gestão educacional II

Ementa: Anos finais do Ensino Fundamental e Médio e sua relação com a gestão educacional e escolar. Realidade escolar e as dimensões administrativa, pedagógica e de articulação da comunidade escolar. Projeto de intervenção no espaço escolar.

Bibliografia:

DOMINGUES, I. O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola. São Paulo: Cortez, 2015.

DOURADO, L. F (org.). PNE, políticas e gestão da Educação: novas formas de organização e privatização. Brasília: Anpae, 2020.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade. Revista Múltiplas leituras, v. 1, n. 1, p. 117-131, jan. / jun.2008.

GHEDIN, E.; OLIVEIRA, E. S.; ALMEIDA, W. A. de. Estágio compesquisa. São Paulo: Cortez, 2015.

PINTO, U. A. Pedagogia escolar: coordenação pedagógica e gestão educacional. São Paulo: Cortez, 2011.

EXTENSÃO COMO COMPONENTE CURRICULAR

Disciplina: Práticas extensionistas I

Ementa: A extensão universitária na formação docente: concepções, diretrizes e a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Práticas extensionistas no percurso formativo: articulação entre saberes dos componentes curriculares do curso, as expectativas e necessidades da comunidade, uma relação dialógica entre universidade e sociedade. Programas e projetos extensionistas na formação docente: entre saberes e fazeres.

Bibliografia:

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

GADOTTI, M. **Extensão universitária:** para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

GARCIA, B. R. Z. **A contribuição da extensão universitária para a formação docente.** 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

IMPERATORE, S. L. B. **curricularização da extensão:** experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

KOCHHANN, A.; SILVA, K. A. C. P. C da. Formação docente e extensão universitária: concepções, sentidos e perspectivas. *In:* REIS, M. B. F.; LUTERMAN, L. A. (org.).

Interdisciplinaridade na Educação: redimensionando práticas pedagógicas. Anápolis: UEG, 2017. p. 107-124.

Disciplina: Práticas extensionistas II

Ementa: Práticas extensionistas e formação docente: programas e projetos. Diretrizes da extensão universitária: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade no processo formativo, articuladas ao ensino e à pesquisa.

Bibliografia:

JEZINE, E. M. Multiversidade e Extensão Universitária. *In:* FARIA, D. S. (org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina.** Brasília. UnB, 2001. p. 13-21.

NOGUEIRA, M. D. P. (org.). **Extensão Universitária:** diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: Proex/UFMG; O Fórum, 2000.



NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, n. 21, p. 71- 85, 2003.

SÍVERES, L. O princípio da aprendizagem na extensão universitária. *In*: SÍVERES, L. (org.). **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber, 2013. p. 19-36.

Disciplina: Práticas extensionistas III

Ementa: Práticas extensionistas e formação docente: indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Vivências em programas e projetos extensionistas e a construção de saberes sobre a docência. Extensão universitária na formação acadêmica e na prática pedagógica de docentes na Educação Básica: impactos e desafios.

Bibliografia:

FORPROEX. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular:** uma visão da extensão. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: https://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf.

KOCHHANN, A.; SILVA, K. A. C. P. C da. Formação docente e extensão universitária: concepções, sentidos e perspectivas. *In*: REIS, M. B. F.; LUTERMAN, L. A. (org.).

Interdisciplinaridade na Educação: redimensionando práticas pedagógicas. Anápolis: UEG, 2017. p. 107-124.

MELO NETO, J. F. **Extensão universitária** – uma avaliação de trabalho social. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1997.

MELO NETO, J. F. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa, Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2006.

Disciplina: Práticas extensionistas IV

Ementa: Ementa: As práticas extensionistas e a diretriz de impacto na formação do estudante. Diálogo sobre questões contemporâneas no contexto educacional articuladas aos saberes acadêmicos e a avaliação das propostas extensionistas.

Bibliografia:

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

GADOTTI, M. **Extensão universitária:** para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

SANTOS, M. P. Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. **Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v.6, n. 1, p. 10-15, jan./dez 2010.

SILVA, K. C.; KOCHHANN, A. Tessituras entre concepções, curricularização e avaliação da extensão universitária na formação do estudante. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 25, n. 3, p. 703-725, set./dez. 2018.

SÍVERES, L. A extensão como um princípio de aprendizagem. **Revista Diálogos**, Brasília, v.10. p. 8-17, 2008. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/1946/1266>

Disciplina: Práticas extensionistas V

Ementa: A extensão universitária e o diálogo entre os saberes científicos e saberes populares. Respeito à pluralidade e diversidade de pensamento. Ação extensionista junto a comunidade interna e externa, possibilitando a diversidade cultural, artística, científica e tecnológica.



Bibliografia:

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê? São Paulo: Instituto PauloFreire, 2017.
GARCIA, B. R. Z. A contribuição da extensão universitária para a formação do cete. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.
IMPERATORE, S. L. B. curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.
KOCHHANN, A.; SILVA, K. A. C. P. C da. Formação docente e extensão universitária: concepções, sentidos e perspectivas. In: REIS, M. B. F.; LUTERMAN, L. A. (org.). Interdisciplinaridade na Educação: redimensionando práticas pedagógicas. Anápolis: UEG, 2017. p. 107-124.

Disciplina: Práticas extensionistas VI

Ementa: Práticas extensionistas e a colaboração na construção e na difusão dos valores da cidadania. Participação socio política permeando as práticas de extensão universitária. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Bibliografia:

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê? São Paulo: Instituto PauloFreire, 2017.
SANTOS, M. P. Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. ConexãoUEPG, PontaGrossa, v.6, n. 1, p. 10-15, jan./dez 2010.
SILVA, K. C.; KOCHHANN, A. Tessituras entre concepções, curricularização e avaliação da extensão universitária na formação do estudante. Espaço Pedagógico, Passo Fundo, v. 25, n. 3, p. 703-725, set./dez. 2018.
SÍVERES, L. A extensão como um princípio de aprendizagem. Revista Diálogos, Brasília, v. 10. p. 8-17, 2008. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/1946/1266>

Disciplina: Práticas extensionistas VII

Ementa: Práticas extensionistas e o compromisso com o desenvolvimento de toda a sociedade. Ação cidadã na Universidade. Ampliação do acesso ao saber e desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social. Programas e projetos extensionistas na formação de professores.

Bibliografia:

FORPROEX. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: https://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf.
KOCHHANN, A.; SILVA, K. A. C. P. C da. Formação docente e extensão universitária: concepções, sentidos e perspectivas. In: REIS, M. B. F.; LUTERMAN, L. A. (org.). Interdisciplinaridade na Educação: redimensionando práticas pedagógicas. Anápolis:UEG, 2017. p. 107-124.
MELO NETO, J. F. Extensão universitária: uma avaliação de trabalho social. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1997.
MELO NETO, J. F. Extensão universitária, autogestão e educação popular. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2006.

Disciplina: Práticas extensionistas VIII



Ementa: A Extensão Universitária como processo educativo, Cultural e científico, que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável. Ações extensionistas associando diferentes saberes e áreas de conhecimento das disciplinas de formação de professores do primeiro semestre do curso. Relação entre Universidade, escola e sociedade. Saberes teóricos-práticos. Projetos de extensão universitária

Bibliografia:

KOCHHANN, A.; SILVA, K. A. C. P. C da. Extensão universitária na formação do estudante à luz do processo de curricularização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 8., 2018, Natal. Anais [...]. Natal: UFRN, 2018b. p. 3170-3184.

LEONIDIO, L. F. S. História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior brasileiras – Forproex (1987-2012). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MACHADO, A. K. Formação docente e extensão universitária: tessituras entre concepções, sentidos e construções. 2019. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MELO NETO, J. F. Extensão universitária, autogestão e educação popular. João Pessoa, Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2006.

NOGUEIRA, M. D. P. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. Interfaces, Revista de Extensãoda UFMG, Belo Horizonte, v. 1, p. 36-47, 2013.

8. FLUXOGRAMA

Anexo I

9. NECESSIDADES ESPECÍFICAS DE RECURSOS HUMANOS PARA O FUNCIONAMENTO DE CURSO UAB, DA UEPG PARA ATENDIMENTO AOS POLOS

As funções exercidas pelos profissionais envolvidos de forma integrada enriquecem o trabalho de toda a equipe, agilizando e fomentando as condições para que o curso alcance as metas propostas em seu projeto pedagógico. Assim se percebe que, as necessidades específicas relativas ao Polo de Apoio Presencial são de responsabilidade de cada município que objetiva implantar a Modalidade de Ensino a Distância – ao ser submetido à CAPES o polo passa por uma rigorosa avaliação pelo órgão federal responsável, no que tange ao cumprimento de todas as exigências relativas ao bom funcionamento dos Cursos.

A equipe multidisciplinar que atuará na implementação do curso é composta de docentes da área específica, de pedagogos (especialistas, mestres e doutores), no que respeita à coordenação do curso, coordenação de tutores, professores formadores, professores tutores on line, coordenadores de polo, secretaria do curso; bacharéis em informática, engenheiros eletrônicos, técnicos em informática, web design, administrador financeiro, secretários, digitadores, estagiários, editor, diagramadores, ilustradores, revisores de língua portuguesa (docentes), profissionais de artes gráficas e outros, no que compete á equipe de produção do material didático.

10. ACESSIBILIDADE

O curso ocorrerá em ambiente virtual, contudo, tanto as instalações da UEPG/NUTEAD/UAB, e dos polos de apoio presencial, contam com acessibilidade para acesso aos alunos com necessidades especiais, entre os quais destacamos elevadores, rampas de acesso aos prédios, banheiros adaptados, carteiras, cadeiras e bancadas adaptadas.

11. RECURSOS HUMANOS



O corpo docente será formado por profissionais de diversos cursos, conforme indicação na Matriz Curricular, cuja seleção ocorrerá através de Edital UEPG/NUTEAD/UAB, em Processo Seletivo Interno – NUTEAD/UAB/CAPEES, e o corpo técnico está vinculado ao Núcleo de Educação a Distância e aos Polos de Apoio Presencial.

12. RECURSOS MATERIAIS

As Instalações, equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca serão as existentes nas instalações da UEPG/NUTEAD/UAB, e nos 08 polos de apoio presencial. Cada polo possui biblioteca física, laboratórios com equipamentos suficientes para atender a demanda dos acadêmicos e mantidos pelo executivo municipal.

A plataforma a ser utilizada pelos acadêmicos será a disponibilizada pelo Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NUTEAD) em seu Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – no sistema MOODLE em sua versão atualizada. Ressalta-se a existência de biblioteca virtual, repositórios, entre outros periódicos que são disponibilizados aos acadêmicos, além dos materiais oferecidos pelos professores na plataforma AVA.

13. BIBLIOTECA

Cada polo tem a previsão de adquirir 60 livros por ano, durante os 4 anos do curso e a Coordenação da UAB/UEPG objetiva investir em biblioteca digital para dispor a todos os alunos de todos os cursos EAD.

14. REFERÊNCIAS

ANFOPE et al. **Posicionamento conjunto das entidades ANPED, ANFOPE, ANPAE, FORUMDIR, CEDES E FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR**. Posicionamento conjunto das entidades, na reunião de consulta com o setor acadêmico, no âmbito do Programa Especial “Mobilização Nacional por uma Nova Educação Básica”. Conselho Nacional de Educação, Brasília, 07 jul. 2001.

APPLE, M.; BEANE, J. (org.). **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 9-43.

BOTOMÉ, P. S. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, EDUCS, EdUFSCar, 1996.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, 2006.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2023.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf Acesso em 23 de agosto de 2023.

BRASIL. **Parecer No 22, de 7 de novembro de 2019**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno, [2019b]. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133091-pcp022-19-3&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. **Parecer No 22, de 7 de novembro de 2019**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília:



Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno, [2019b]. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133091-pcp022-19-3&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. **Resolução No 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação). Brasília: Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno, [2019a]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>.

BRASIL. Resolução Nº 7, de 19 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 243, p. 49, 19 dez. 2018b.

BRASIL. Resolução Nº 7, de 19 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 243, p. 49, 19 dez. 2018b.

CHAUI, M. A Universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p. 5-15, 2003.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012a. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensaouniversitaria-editado.pdf>.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. **Ponta Grossa – Por Cidade e Estado**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=4119905>.

JANTKE, R. V. D. R.; CARO, S. M. P. A extensão e o exercício da cidadania. In: SÍVERES, L. (org.). **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber, 2013. p. 97-108.

KLEIN, L. R. **Fundamentos teóricos** – os ciclos de aprendizagem e a qualidade da escola pública. In: Seminário de Educação e Políticas Educacionais: qualidade da escola pública e os Ciclos de Aprendizagem. Câmara Municipal de Curitiba, ago. 2003.

KOCHHANN, A.; SILVA, K. A. C. P. C da. Formação docente e extensão universitária: concepções, sentidos e perspectivas. In: REIS, M. B. F.; LUTERMAN, L. A. (org.). **Interdisciplinaridade na Educação: redimensionando práticas pedagógicas**. Anápolis: UEG, 2017. p. 107-124.

MAACK, R. Notas preliminares sobre o clima, solos e vegetação do Estado do Paraná. Arquivos de Biologia e Tecnologia. Vol. III, art. 12. Curitiba: **UFPR**, pp. 99-200, 1948.

MASSON, G.; MAINARDES, J. O Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa: aspectos históricos e reflexões pós-Diretrizes Curriculares Nacionais. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 170-192, 2009.

MELO, M. S., MORO, R. S., GUIMARÃES, G. B (Org). **Patrimônio Natural dos Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

MOROSINI, M. C. Prólogo. In: MOROSINI, M. (Org.). **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 7-19.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. Das G. C. **Docência no Ensino Superior**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, S. O curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa e os nexos entre teoria e prática: uma análise necessária. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v.2, n.2, p. 81-93, nov. 1999.



SEVERINO, A. J. Formação e atuação dos professores: dos seus fundamentos éticos. *In*: SEVERINO, Francisca Eleodora Santos (org.). **Ética e formação de professores**: política, responsabilidade e autoridade em questão. São Paulo: Cortez, 2011. p. 130-149.

SÍVERES, L. O princípio da aprendizagem na extensão universitária. *In*: SÍVERES, L. (org.). **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber, 2013. p. 19-36.

SOUZA, A. P. de. **Trajetória da Psicologia da Educação no Curso de Pedagogia da UEPG (1962-2012)**: conformação e consolidação do campo de conhecimento. 2017. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Resolução Cepe Nº 2020.6, de 17 de março de 2020**. Aprova Regulamento da Curricularização da Extensão. Ponta Grossa: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, [2020]. Disponível em: <https://sistemas.uepg.br/producao/reitoria/documentos/162020-03-1723.pdf>.

ZANON, D. P. O processo de curricularização da extensão universitária na formação de licenciandos na UEPG. 2022. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2022.

ANEXOS

- Fluxograma do Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD.
- Declaração de aceite dos Departamentos para cada disciplina da nova matriz curricular.
- Extrato de Ata de cada Departamento aprovando a oferta de disciplina(s).
- Tabela de equivalência de todas as disciplinas do currículo atual para o novo, com código e carga horária. No caso de cursos que são ofertados como Licenciatura e Bacharelado, ou Presencial e EaD, apresentar tabela de Equivalência entre eles.
- Extrato da Ata do Colegiado de Curso aprovando o novo Projeto.

Ponta Grossa, 30 de agosto de 2023.

Gisele Brandelero Camargo
COORDENADORA DO CURSO

